

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE

CLEITON LUIZ KLOCHINSKI

INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS ÓRGÃOS
DE GOVERNANÇA SOBRE O DESEMPENHO DAS COOPERATIVAS
DE CRÉDITO NO BRASIL

CASCADEL

2023

CLEITON LUIZ KLOCHINSKI

**INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS ÓRGÃOS
DE GOVERNANÇA SOBRE O DESEMPENHO DAS COOPERATIVAS
DE CRÉDITO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em contabilidade, área de concentração: contabilidade financeira e finanças.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Aládio Zanchet

COORIENTADOR: Dr. Fernando Maciel Ramos

CASCADEL

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Klochinski, Cleiton Luiz

INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA SOBRE O DESEMPENHO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL / Cleiton Luiz Klochinski; orientador Aládio Zanchet; coorientador Fernando Maciel Ramos. -- Cascavel, 2023.

92 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, 2023.

1. Governança. 2. Diversidade. 3. Desempenho. 4. Cooperativa de Crédito. I. Zanchet, Aládio, orient. II. Ramos, Fernando Maciel, coorient. III. Título.

CLEITON LUIZ KLOCHINSKI

Influência da Participação de Mulheres nos Órgãos de Governança sobre o Desempenho das Cooperativas de Crédito no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dra. Dione Olesczuk Soutes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Vinicius Abílio Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dra. Clari Schuh
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Fernando Maciel Ramos
Professor Coorientador
Instituto de Inteligência em Pesquisa e Consultoria Científica e SENAC

Prof. Dr. Aládio Zanchet
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

Cascavel - Paraná, 25 de agosto de 2023

AGRADECIMENTOS

É com profunda gratidão que dedico este momento de reconhecimento às pessoas e instituições que moldaram significativamente minha trajetória acadêmica e contribuíram para a concretização deste sonho, deste mestrado.

Em primeiro lugar, ao Dr. Aládio Zanchet, meu orientador, expresso minha profunda gratidão. Sua dedicação ao meu crescimento acadêmico, a orientação cuidadosa e os valiosos insights foram pilares essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. O comprometimento em proporcionar não apenas direcionamento acadêmico, mas também estímulo ao pensamento crítico, deixou uma marca indelével na minha formação como pesquisador.

Ao Dr. Fernando Maciel Ramos, manifesto minha sincera apreciação e profunda gratidão pelos insights valiosos que permearam nossas discussões, pelo acompanhamento constante que transcendeu as fronteiras acadêmicas e, principalmente, pela coorientação nesta dissertação. Seu comprometimento com o meu desenvolvimento acadêmico, aliado à generosidade em compartilhar conhecimento, foram fundamentais para a construção deste trabalho. Agradeço também pela sua disposição em compartilhar sua experiência e visão, enriquecendo não apenas a pesquisa, mas também minha formação como pesquisador. Desde os primeiros passos da minha jornada acadêmica, sua presença e orientação foram catalisadores fundamentais. A oportunidade de integrar seu grupo de pesquisa e participar de projetos de iniciação científica durante a graduação não apenas enriqueceu meu repertório acadêmico, mas também estabeleceu as bases para uma parceria profissional duradoura.

Aos distintos membros da banca, Dr. Vinicius Abílio Martins, Dra. Dione Olesczuk Soutes e Dra. Clari Schuh, estendo meu reconhecimento pelas análises criteriosas e contribuições enriquecedoras. Suas perspectivas aprofundaram a qualidade desta dissertação, e agradeço a generosidade em compartilhar seu conhecimento e experiência.

As amizades cultivadas ao longo deste percurso acadêmico desempenharam um papel crucial em minha jornada. A Alvaro Antonio da Silva, Emerson Orsini Ferrari, Marta Raquel Zuchelli Felipetto, Veronica Ahimaras Villalba e Tiago Ramos Wohleberg, meus sinceros agradecimentos. Suas parcerias, trocas de experiências e apoio mútuo foram elementos fundamentais que transcendem os limites da academia, tornando esta jornada mais rica e significativa.

Aos estimados colegas do mestrado, expresso minha gratidão pela parceria, união e pelo valioso aprendizado compartilhado. Juntos, construímos um ambiente de colaboração que fortaleceu nosso crescimento acadêmico e pessoal.

À coordenação do curso, meu reconhecimento pela condução exemplar e apoio constante ao longo de toda a trajetória. Sua dedicação à excelência acadêmica reflete-se no ambiente propício ao desenvolvimento de pesquisadores comprometidos.

À Fundação Araucária, que por meio da concessão da bolsa, possibilitou a realização deste sonho, expresso minha profunda gratidão. Seu investimento no desenvolvimento de talentos é um legado que reverberará nas futuras contribuições à ciência e à sociedade.

À minha família e amigos, agradeço pela paciência, compreensão e apoio incondicional. Sua presença constante foi a luz que guiou meu caminho durante esta etapa desafiadora de crescimento intelectual.

Por fim, agradeço à minha psicóloga, Vanessa Costa, cujo apoio desempenhou um papel fundamental no meu equilíbrio emocional e bem-estar. Sua orientação foi uma bússola que guiou não apenas minha jornada acadêmica, mas também meu desenvolvimento pessoal.

A todos aqui mencionados e aos que, de alguma forma, contribuíram para esta jornada, meu mais profundo e sincero obrigado.

RESUMO

Este estudo investigou a presença de mulheres na gestão de cooperativas de crédito singulares no Brasil e seu impacto no desempenho dessas organizações. Para atingir esse objetivo, analisou-se indicadores de desempenho como Return on Assets (ROA) e Return on Equity (ROE) e a participação feminina nos conselhos de administração, conselhos fiscais, diretoria executiva e como presidente das cooperativas, sendo a amostra composta por 597 cooperativas em 2021 e 598 em 2022. O estudo utilizou uma abordagem descritiva, documental e quantitativa com o emprego das técnicas de correlação de Pearson, regressão linear múltipla e testes de análise dos dados. Nos modelos equacionais utilizados foram definidas as variáveis ROA e ROE como dependentes e as que caracterizavam a participação feminina nos órgãos de governança como independentes, e características da cooperativa em termos financeiros e de governança foram consideradas como variáveis de controle nas estimações. Quanto à participação feminina, observou-se que as mulheres ocupavam, em média 15,5% das cadeiras nos conselhos de administração, 23,0% nos conselhos fiscais e 21,4% na diretoria executiva. A presença de mulheres como CEOs foi registrada em aproximadamente 20,2% das cooperativas estudadas. A análise estatística revelou correlações significativas entre a participação feminina nos conselhos de administração e conselhos fiscais e os indicadores de desempenho. As correlações relacionadas a participação feminina com o desempenho foram negativas, sugerindo que o aumento da representatividade feminina nesses órgãos está associado a uma diminuição nos indicadores de ROA e ROE. A participação feminina na diretoria executiva e como CEO não demonstrou significância estatística. Testes de robustez confirmaram essas associações. As conclusões deste estudo podem contribuir para as práticas das cooperativas de crédito e outras organizações que buscam promover a diversidade em seus órgãos de governança. Além disso, contribuem para o debate teórico sobre o papel das mulheres na governança e como isso afeta o desempenho organizacional. É importante reconhecer as limitações deste estudo. A disponibilidade descentralizada de informações e a dificuldade de acesso a dados específicos das cooperativas foram desafios enfrentados. Além disso, a falta de atas de reuniões limitou a compreensão das contribuições efetivas das mulheres nas decisões, sendo esses aspectos possibilidades de investigações futuras.

Palavras-chave: Governança, diversidade, desempenho, cooperativas de crédito.

ABSTRACT

This study investigated the presence of women in the management of single credit unions in Brazil and their impact on the performance of these organizations. To achieve this objective, performance indicators such as Return on Assets (ROA) and Return on Equity (ROE) and female participation on boards of directors, supervisory boards, executive board and as president of cooperatives were analyzed, with the sample consisting of 597 cooperatives in 2021 and 598 in 2022. Using a descriptive, documental, and quantitative approach, with the use of Pearson's correlation techniques and multiple linear regression, data analysis tests were conducted. In the equational models used, the variables ROA and ROE were defined as dependent, and those that characterized female participation in governance bodies as independent, and characteristics of the cooperative in financial and governance terms were considered as control variables in the estimations. As for female participation, it was observed that women occupied, on average, around 15.5% of the seats on the boards of directors, 23.0% on the supervisory boards and 21.4% on the executive board. The presence of women as CEOs was recorded in approximately 20.2% of the studied cooperatives. Statistical analysis revealed significant correlations between female participation in boards of directors and supervisory boards and performance indicators. The correlations related to female participation with performance were negative, suggesting that the increase in female representation in these bodies is associated with a decrease in ROA and ROE indicators. Female participation in the executive board and as CEO did not show statistical significance. Robustness tests confirmed these associations. The conclusions of this study can contribute to the practices of credit unions and other organizations that seek to promote diversity in their governance bodies. In addition, they contribute to the theoretical debate about the role of women in governance and how this affects organizational performance. The conclusions reported above alert to the importance of ensuring that women's participation is effective and not just symbolic, avoiding tokenism. It is important to recognize the limitations of this study. The decentralized availability of information and the difficulty in accessing specific data from cooperatives were challenges faced. In addition, the lack of meeting minutes limited the understanding of women's effective contributions to decisions, and these aspects are possibilities for future investigations.

Keywords: Governance, Diversity, Performance, Credit Unions.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Classificação das Cooperativas de Crédito.....	22
Tabela 2. Princípios da Governança Cooperativista.....	26
Tabela 3. Histórico de participação das mulheres no Conselho de Administração em empresas listadas na B3.....	32
Tabela 4. Distribuição das Cooperativas de Crédito Singulares	39
Tabela 5. Definição da amostra	39
Tabela 6. Variáveis do estudo	41
Tabela 7. Estatística descritiva	45
Tabela 8. Médias de ROA e ROE por região demográfica	46
Tabela 9. Participação de mulheres por região demográfica.....	47
Tabela 10. Participação de mulheres com base na idade das cooperativas de crédito brasileiras	49
Tabela 11. Correlação de Pearson de todas as variáveis	50
Tabela 12. Resumo dos modelos estimados ROA.....	52
Tabela 13. Resumo dos modelos estimados ROE	54
Tabela 14. Resumo dos modelos estimados ROA.....	56
Tabela 15. Resumo dos modelos estimados ROE	57
Tabela 16. Resumo dos modelos estimados ROA e ROE.....	59

Lista de Figuras

Figura 1. Estrutura dos Mecanismos de Governança	27
--	----

Lista de Equações

Equação 1.....	43
Equação 2	43
Equação 3	43

Lista de Abreviaturas

CA	Conselho de Administração
CEO	Chief Executive Officer
CF	Conselho Fiscal
DE	Diretoria Executiva
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ROA	Return on Assets
ROE	Return on Equity

SUMÁRIO

1 Introdução	13
1.1 Problema de Pesquisa.....	15
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Geral	17
1.2.2 Específicos.....	17
1.3 Delimitação para o Estudo.....	17
1.4 Justificativa e Contribuição do Estudo.....	18
1.5 Estrutura da Dissertação	19
2 Base Teórica	20
2.1 Cooperativas de Crédito	20
2.2 Governança Cooperativa	24
2.3 Participação das mulheres nos Órgãos de Governança	31
2.4 Formulação de Hipóteses	36
3 Método e Procedimento da Pesquisa	38
3.1 Delineamento da Pesquisa	38
3.2 Definição da População e Amostra	38
3.3 Constructo da Pesquisa.....	40
3.4 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados.....	42
4 Resultados	45
4.1 Análise Estatística Descritiva das Variáveis	45
4.2 Efeito da Participação das Mulheres sobre o Desempenho	50
4.4 Teste de Robustez	56
5. Considerações Finais	61
Referências	65
Apêndice A. Média do ROA por estado	87
Apêndice B. Média do ROE por estado.....	88
Apêndice C. Média de participação de mulheres no conselho de administração por estado	89
Apêndice D. Média de participação de mulheres no conselho fiscal por estado.....	90
Apêndice E. Média de participação de mulheres na diretoria executiva por estado	91
Apêndice F. Média de participação de mulheres na diretoria executiva por estado.....	92

1 Introdução

Em diferentes contextos empresariais as entidades podem se organizar de modo que ocorra a separação entre o detentor do capital e a gestão da entidade, surgindo assim a figura do agente e do principal, já reportados em estudos seminais como os de Akerlof (1970), Arrow (1985) e Jensen e Meckling (1976).

No contexto das cooperativas de crédito, a separação entre a propriedade e o controle é dado em decorrência de que os associados aportam capital, denominadas cota de capital, sendo esses o principal, e elegem um representante para atuar frente a gestão da entidade, sendo esse o agente. Por conta dessa configuração, esse ambiente torna-se propício ao surgimento dos conflitos de agência, tais como a existência de assimetria da informação, conflito de interesse e apetite diferenciado ao risco (Jensen & Meckling, 1976; Trindade & Bialoskorski, 2012).

Ademais, a discussão sobre as cooperativas de crédito vem se destacando no cenário nacional e internacional (DiSalvo & Johnston, 2017; Maia et al., 2019). Considerando o crescimento dessas entidades, a sua configuração societária e de gestão, e regulamentações do setor, torna-se necessária a adoção de práticas de governança que permitam o aprimoramento da gestão e alinhamento com os seus stakeholders (L. H. de Jesus, Brizolla, Filipin, Soschinski, & Salla, 2023). No ambiente nacional, o Banco Central do Brasil possui as diretrizes para boas práticas de governança em cooperativas de crédito (Banco Central do Brasil [BCB], 2008).

Nas cooperativas há uma diferenciação na terminologia para governança, sendo para as organizações privadas não cooperativistas denomina-se como governança corporativa, às organizações públicas denomina-se como governança pública e, no caso das cooperativas, denomina-se como governança cooperativa (BCB, 2008). Essa adaptação se dá devido as necessidades encontradas no cenário em que essas organizações atuam, pois precisam que a governança se adeque aos objetivos cooperativistas (BCB, 2008).

Dentre os mecanismos de governança, o conselho de administração é um dos principais por mediar a relação entre os cooperados e a diretoria executiva (A. D. M. da Silveira, 2002). O Conselho de Administração pode ter como funções o aconselhamento na tomada de decisões estratégicas e o monitoramento das ações dos executivos, a fim de reduzir os problemas de agência das organizações que utilizam deste mecanismos de controle (Arayakarnkul, Chatjuthamard, & Treepongkaruna, 2022; A. D. M. da Silveira, 2002), além de promover a transparência e buscar a maximização de resultados (BCB, 2008).

A composição dos conselhos de administração, em termos de características, já vem sendo alvo de estudos (Almeida, Klotzle, & Pinto, 2013; Dani, Santos, Kaveski, Cunha, &

Leite, 2017; Kreuzberg & Vicente, 2021), principalmente no que tange a participação de mulheres (L. Costa, Sampaio, & Flores, 2019; Dal Magro, Carpes, Vergini, & Silva, 2018; Martins, Bressan, Francisco, & Caires, 2023). Porém, no âmbito das cooperativas de crédito, a temática ainda incita investigações.

No ambiente corporativo, por muito tempo houve a participação somente de homens em cargos dos órgãos de governança, visto que, o sexo masculino possui um histórico de dominância sobre o feminino (Cappelle, Melo, & Brito, 2002). Ao passar dos anos, ocorreram mudanças neste cenário, com o crescimento da participação de mulheres dentro das organizações, porém elas ainda enfrentam desafios (Foguel & Russo, 2019), principalmente para o desenvolvimento profissional dentro da hierarquia organizacional. Esse fenômeno, o qual demonstra a dificuldade de mulheres, e outras minorias, ascenderem na hierarquia organizacional, é denominado Glass Ceiling, ou “teto de vidro” em tradução literal, é uma consequência da estrutura existente na cultura social, conforme explica Khosla (2021).

A discussão sobre o fenômeno glass ceiling nas organizações ocorre desde 1984, quando Gay Bryant usou o termo pela primeira vez (Boyd, 2008), este que é utilizado até os dias atuais. A evolução sobre o tema ocorre também fora da academia e isso torna-se perceptível conforme ocorre aprovação de legislação ou fortalecimento de culturas organizacionais que contribuam na inclusão e participação feminina (Pereira, 2018).

A participação de mulheres em cargos nos conselhos de administração ou diretoria vem sendo estudado e os resultados encontrados indicam que essa participação pode gerar influência positiva no desempenho ambiental (Nadeem, Bahadar, Gull, & Iqbal, 2020), na responsabilidade social (Dani, Picolo, & Klann, 2019; Prudêncio, Forte, Crisóstomo, & Vasconcelos, 2021), na performance de sustentabilidade (Cicchiello, Cotugno, Monferrà, & Perdichizzi, 2022), na redução de emissão de carbono (Rjiba & Thavaharan, 2022), e no desempenho financeiro (Adusei, Akomea, & Poku, 2017).

Estudos sinalizam que há uma baixa participação de mulheres em cargos de administração, principalmente nos órgãos de governança (Atif, Liu, & Huang, 2019). Essa baixa participação é vista principalmente em países que não possuem uma legislação referente a participação de mulheres em cargos do conselho de administração, fiscal ou diretoria, como exemplo, o Brasil, em que a participação de mulheres no conselho de administração é de 8,2% no segmento do Novo Mercado da B3 (Kaveski, Ferreira, & Freitas, 2020).

1.1 Problema de Pesquisa

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2022), as cooperativas de crédito possuem participação de 9% do total de mercado de crédito brasileiro, com perspectiva de alcançar 20% de participação do mercado de crédito nos próximos 10 anos. Mesmo com a baixa participação no mercado, as cooperativas de crédito possuem destaque nas pesquisas da Forbes (Fernandes, 2022; Redação, 2023) referente as melhores instituições financeiras no Brasil, na qual realiza a avaliação nos quesitos de atendimento aos clientes, confiabilidade, digitalização, além de assessoria financeira.

Apesar do cenário positivo em alguns aspectos para as cooperativas de crédito, a evolução do número de cooperativas de crédito singulares vem decaindo desde 2017, ano em que existiam 967 unidades singulares em funcionamento, chegando em 818 no ano de 2021 (Banco Central [BACEN], 2021). A queda de 15% das cooperativas de crédito singulares ativas nos últimos anos traz o questionamento sobre a eficiência dos órgãos de governança dessas cooperativas singulares.

Em alguns casos, não há efetivamente o fechamento da cooperativa de crédito singular e sim a incorporação dela por outra cooperativa de crédito singular, como ocorreu com uma cooperativa de Americana/SP, que foi incorporada após prejuízo de 114 milhões de reais, onde ex-dirigentes foram acusados de enriquecimento ilícito (Caldeira, 2020). Além da incorporação de cooperativas de crédito singulares, a demora na identificação de furto por meio de transações de cota capital realizada por funcionários (Medeiros, 2022), trazem dúvidas sobre a eficiência dos órgãos de governança.

Outro ponto em destaque é com base nas recomendações do Banco Central do Brasil, por meio das suas diretrizes de boas práticas, o Conselho Fiscal não deve ser eleito por chapa, e sim, por votação individual (BCB, 2008). Porém, no contexto das cooperativas de crédito, os órgãos de governança, conselho de administração e conselho fiscal, podem ser eleitos pela composição de uma chapa única (Á. G. dos Santos, 2020). Ou seja, essa eleição conjunta pode comprometer a composição dos conselhos e afetar a eficiência do conselho de administração e do conselho fiscal no papel de monitoramento.

Os órgãos de governança das cooperativas de crédito influenciam a vida de milhares de funcionários e associados, e, auxiliam na determinação das políticas e práticas das cooperativas de crédito no mercado local e regional, tendo o conselho de administração, junto a diretoria executiva a responsabilidade da tomada de decisão, além de manter o direcionamento estratégico (Vieira & Santos, 2021). Caso este esteja comprometido, aumenta-se as chances de

conflitos de agência, entre o principal (cooperado) e o agente (órgão de governança). Nesse caso, uma forma de diminuir os conflitos de agência é ter um órgão de governança mais diverso (Trento & Lachovicz, 2022).

A composição dos conselhos de administração e diretoria executiva dentro das organizações cooperativistas e não-cooperativistas têm sido representados historicamente por homens, o que traz à tona estudos que buscam compreender as diferenças quando o conselho de administração possui uma composição diversificada (Kaveski et al., 2020).

A baixa participação de mulheres nos órgãos de governança das organizações pode estar ligada ao fenômeno *glass ceiling*, do qual, por pressões invisíveis, as mulheres não conseguem integrar as cadeiras dos conselhos de administração, conselho fiscal e diretoria executiva. Quanto ao conselho de administração, a participação de mulheres pode variar conforme o setor, como por exemplo: 6,10% do setor de Biocombustíveis; 7,59% do setor Financeiro e; 13,21% do setor de Bens Industriais (Castro, 2023).

A literatura sobre a participação das mulheres nos conselhos de administração identifica os efeitos gerados sobre o desempenho social e financeiro das organizações privadas e não-cooperativistas. Esses resultados possuem variações no efeito encontrado, podendo variar entre positivo e negativo (Adusei, 2019; Atif et al., 2019; Lazzaretti, Piekas, & Julkovski, 2019), sendo eles inconclusivos. Além disso, o cenário das cooperativas de crédito ainda é pouco explorado.

Assim, considerando que a relevância de mecanismos de governança, e que o contexto da participação feminina ainda pode ser explorado no contexto das cooperativas de crédito, apresenta-se a questão de pesquisa que direciona a realização desse estudo: *Qual a influência da participação das mulheres nos órgãos de governanças sobre o desempenho das cooperativas de crédito brasileiras?*

1.2 Objetivos

A definição dos objetivos de um estudo é o ponto inicial de uma investigação científica, pois é por meio da definição deles que se dará a definição da direção a ser seguida para sua condução, e que possibilita a clareza sobre os resultados pretendidos com a finalização do estudo. Com isso, são anunciados o objetivo geral e objetivos específicos na sequência.

1.2.1 Geral

Analisar os efeitos da participação de mulheres nos órgãos de governança sobre os resultados das cooperativas de crédito no Brasil

1.2.2 Específicos

- a) Mensurar os indicadores de desempenho das cooperativas de crédito da amostra;
- b) Caracterizar a participação de mulheres nos órgãos de governança das cooperativas de crédito brasileiras;
- c) Identificar a relação entre a participação das mulheres nos órgãos de governança das cooperativas de crédito e os indicadores de desempenho.

1.3 Delimitação para o Estudo

Este estudo foi desenvolvido em instituições financeiras, em específico, cooperativas de crédito com abrangência de território nacional, a fim de compreender a influência da participação das mulheres geradas nessas organizações sob a lente da teoria da agência. A população amostral do estudo limitou-se à disponibilidade de informações sobre o órgão de governança das cooperativas de crédito e dados econômico-financeiro no período em que ocorreram as coletas de dados.

Delimita-se também as informações referente aos membros dos órgãos de governança à disponibilidade na página de pesquisa de cooperativas de crédito do Banco Central do Brasil.

Em relação ao período utilizado para o estudo, delimitou-se aos anos de 2021 e 2022, visto que não há um histórico público, centralizado e padronizado referente ao nomeados a integrar o órgão de governança das cooperativas de crédito brasileiras.

Outro ponto relevante, é que, apesar de trazer à tona o fenômeno do teto de vidro, esse estudo não versa sobre a base teórica relacionada ao glass ceiling. Apenas utiliza-se da problemática que envolve o crescimento hierárquico de mulheres no meio organizacional. A base teórica utilizada é a da teoria de agência, sob a perspectiva de que mecanismos de governança são capazes de mitigar os problemas decorrentes da separação entre propriedade e controle.

Ademais, nessa dissertação, compreende-se que as cooperativas de crédito são gerenciadas pela diretoria executiva, a partir do papel de aconselhamento e monitoramento do

conselho de administração e conselho fiscal. Desse modo, esses três órgãos são vistos como órgãos de governança das entidades estudadas e são compreendidos nesse estudo como os agentes do sistema de governança da cooperativa. Por sua tamanha importância e como principal mecanismo de governança, permite delimitar que a participação feminina na governança das cooperativas de crédito pode se dar a partir desses três organismos internos.

1.4 Justificativa e Contribuição do estudo

Considerando a exposição apresentada, esse estudo justifica-se pela existência de um gap na literatura acerca da participação de mulheres na gestão das cooperativas de crédito. Os estudos publicados possuem foco em organizações listadas principalmente na bolsa de valores ou familiares (Adusei, 2019; Atif et al., 2019; Castro, 2023; L. Costa et al., 2019; Lazzaretti et al., 2019), estes realizam testes a fim de compreender o efeito da participação feminina nos conselhos de administração. O presente estudo diferencia-se dos demais, pois, tem como foco as cooperativas de crédito no Brasil, no intuito de preencher uma lacuna existente.

No campo teórico, essa investigação visa contribuir para a literatura que discute a participação feminina na gestão das organizações, mais especificamente, nas cooperativas de crédito brasileiras, ampliando a discussão sobre a importância da participação das mulheres em cargos do órgão de governança e a influência gerada pela participação de mulheres nos resultados das organizações.

Faz-se importante debruçar-se no desenvolvimento de estudos sobre a participação das mulheres devido ao fato de as desigualdades de gênero ainda estarem presentes dentro da sociedade atual, bem como em cooperativas (Grade & Basso, 2019). Além disso, estudar o ambiente das cooperativas de crédito é oportuno diante da relevância social e econômica dessas entidades no ambiente em que estão inseridas.

Empiricamente, o resultado desse estudo será útil aos stakeholders das cooperativas de crédito e órgãos reguladores, para que possam revisar as normas que regem as práticas de governança, bem como de gestão dessas entidades. Cabe ressaltar, que as cooperativas de modo geral, possuem uma função social, além da econômica (Vedana, Garcias, Shikida, & Arends-Kuenning, 2022). Assim, demonstrar por meio de seus atos, o incentivo a participação feminina, pode contribuir para a diminuição das disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Sob essa perspectiva, esse estudo pode contribuir para que dirigentes de cooperativas, órgãos reguladores possam levar para a pauta de reuniões e estratégias, o desenvolvimento de programas e ações que propiciem mecanismos que auxiliem na equidade de homens e mulheres.

O aumento gradativo do número de associados se deve ao compromisso e dever de valorizar bons resultados, focando principalmente no monitoramento da rentabilidade e das relações sociais, além de possibilitar o acesso ao crédito para diferentes classes sociais (Bittencourt et al., 2017; R. de Oliveira, Ensslin, & Flach, 2020).

As cooperativas de crédito estão presentes em 52,2% dos municípios brasileiros, atingindo algumas regiões de baixa população e que, a presença dessa unidade é o único contato físico com uma organização financeira (BACEN, 2021). Conforme Anuário do Cooperativismo de Crédito, as cooperativas de crédito possuem 7.976 unidades de atendimento, enquanto o Banco do Brasil possui 3.980 unidades de atendimento e a Caixa Econômica Federal, 3.372 unidades de atendimento (Organização das Cooperativas Brasileiras [OCB], 2022). Esses dados, demonstram a relevância econômica e social dessas entidades, o que evidencia a importância de se investigar essas entidades.

1.5 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está organizada em cinco seções distintas. Na primeira seção são abordados os aspectos introdutórios, incluindo a contextualização do problema de pesquisa, a formulação dos objetivos, a justificativa para o estudo e as contribuições esperadas.

Na segunda seção é exposta a base teórica que embasou o desenvolvimento do estudo. Esta seção é subdividida em tópicos que abrangem desde o entendimento sobre cooperativas de crédito até a governança cooperativa, passando pela participação das mulheres em órgãos de governança. Além disso, as hipóteses formuladas a partir da revisão de literatura são apresentadas, contribuindo para uma compreensão mais profunda do tópico abordado.

A terceira seção detalha os aspectos metodológicos adotados no estudo. Nele, são definidos a população e a amostra de pesquisa, bem como os construtos avaliados e os procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos.

Na quarta seção, os resultados obtidos são minuciosamente analisados, empregando as abordagens metodológicas previamente delineadas. Além disso, são incluídos testes de robustez, que servem para reforçar e validar os resultados encontrados.

Na última seção, as conclusões derivadas da análise da base teórica e dos resultados obtidos são apresentadas. Esse espaço é dedicado à discussão dos insights obtidos ao longo das seções anteriores.

2 Base Teórica

Esse capítulo aborda os aspectos teóricos que orientaram a pesquisa. As subseções tratam das cooperativas de crédito, da governança cooperativa e a teoria da agência, do fenômeno glass ceiling, da participação feminina nas organizações cooperativas e não-cooperativas e, do modelo teórico junto as hipóteses do estudo.

2.1 Cooperativas de Crédito

A história do cooperativismo moderno teve início em 1844, na cidade de Rochdale em Manchester, no interior da Inglaterra. Um grupo de 28 trabalhadores enfrentava dificuldades para adquirir itens básicos nos comércios locais, o que os levou a se unirem e criar seu próprio armazém. A intenção deles era simples, porém para a época, inovadora, a estratégia era adquirir alimentos em grande quantidade para obter preços mais vantajosos. Todos os produtos adquiridos seriam divididos igualmente entre os membros do grupo, nascendo assim, a Sociedade dos Probos de Rochdale, com base em valores e princípios morais, que ainda hoje são fundamentais no cooperativismo (Namorado, 2007; OCB, 2023a).

Pouco depois, na Alemanha, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, no ano de 1847 criou uma cooperativa rural para amparar agricultores que não possuíssem recursos, o funcionamento dava-se por agricultores com capital, estes emprestavam para agricultores que não possuíam recursos. Esse movimento ocorreu no intuito de diminuir as taxas abusivas (Schiffgen, 1979). Nos anos seguintes, em 1856, Herman Schulze, também na Alemanha, iniciou a primeira cooperativa urbana e, teve como principais diferenciais aos seus cooperados, a previsão de retorno sobre as sobras líquidas, além da distribuição de dividendos aos seus cooperados (Abreu et al., 2019).

No Brasil, a primeira iniciativa datada de cooperativismo se deu na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, no ano de 1889 (OCB, 2023a). Porém, somente em 1971 é que ocorreu a regulamentação do setor, por meio da Lei n. 5.764, 1971. Essa legislação definiu as características, princípios e normas de constituição, organização e operação das cooperativas no país.

A partir da regulamentação, as cooperativas passaram a ter um marco jurídico claro e definido, o que contribuiu para o crescimento e fortalecimento do movimento cooperativista no Brasil (Franzese, 2010). Desde então, o setor cooperativista é estudado e tem desempenhado um papel significativo na economia do país, abrangendo diversos ramos, como agropecuário (Grade & Basso, 2019; Vedana et al., 2022); crédito (G. H. D. Souza, Bressan, & Carrieri,

2022); consumo; infraestrutura; trabalho, produção de bens e serviços (Fuzinato, Cassol, Batista, & Bernardy, 2019); saúde e; transporte (Daleaste, Favretto, & Bernardy, 2020).

Dentre esses setores, essa dissertação discute em específico as cooperativas de crédito. A primeira cooperativa de crédito no Brasil surgiu por volta de 1902, na cidade de Nova Petrópolis, localizada no estado do Rio Grande do Sul. Fundada pelo padre suíço Theodor Amstad, a Caixa de Economia e Empréstimos Nova Petrópolis foi pioneira no país, introduzindo os princípios e práticas do cooperativismo de crédito europeu (OCB, 2023a). Elas operam com base nos princípios cooperativistas, como a adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade (OCB, 2023b).

As cooperativas de crédito são regulamentadas principalmente pela Lei Complementar n. 13, 2009, também conhecida como Lei do Cooperativismo de Crédito. Essa lei estabelece normas específicas para o funcionamento e a organização das cooperativas de crédito, incluindo requisitos de constituição, estrutura de governança, operações financeiras e prestação de contas. Com o avanço e crescimento desse setor, as cooperativas de crédito passaram a ser regulamentadas pelo Banco Central do Brasil. O órgão regulador estabeleceu normas específicas para a atuação das cooperativas de crédito, buscando garantir a segurança, a solidez e a transparência dessas instituições financeiras cooperativas (Resolução n. 4.434, 2015).

A regulamentação pelo Banco Central do Brasil proporcionou uma base legal sólida para o funcionamento das cooperativas de crédito, permitindo que elas se tornassem uma opção reconhecida, competitiva e segura para os indivíduos e empresas obterem serviços financeiros e acesso a crédito (E. C. da Silva & Gomes, 2022). Atualmente, as cooperativas de crédito desempenham um papel importante no sistema financeiro brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país (Barreto & Cunha, 2022).

Uma cooperativa de crédito é uma instituição financeira cooperativa que oferece serviços bancários e de crédito aos seus membros, que são também os seus proprietários. Diferentemente dos bancos tradicionais, em uma cooperativa de crédito, os clientes são os próprios donos e têm o direito de participar nas decisões e na gestão da instituição (OCB, 2023c). Os serviços oferecidos por uma cooperativa de crédito podem incluir contas correntes, poupança, empréstimos, financiamentos, cartões de crédito, investimentos e outros produtos financeiros (Vieira & Santos, 2021). Os membros da cooperativa contribuem com capital por meio da aquisição de cota capital, que representam sua participação na instituição. Os lucros

gerados são distribuídos entre os membros na forma de sobras, de acordo com a participação de cada um nas atividades da cooperativa (Lei Complementar n. 130, 2009).

Existem três tipos em que as cooperativas podem ser classificadas, as quais são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1

Classificação das Cooperativas de Crédito

Classificação	Descrição
Singulares	São as constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas, sendo permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto atividades econômicas correlatas às de pessoa física, ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos.
Centrais ou federações de cooperativas	São as constituídas de, no mínimo, três singulares filiadas.
Confederações de cooperativas centrais	São as constituídas por pelo menos três cooperativas centrais ou federações de cooperativas, da mesma ou de diferentes modalidades.

Nota. Fonte: “*O que é cooperativa de crédito?*”, de Banco Central do Brasil, www.bcb.gov.br/estabilidade_financeira/cooperativacredito/, recuperado em 12 de março, 2023.

A estrutura hierárquica das cooperativas de crédito, que vai desde as cooperativas de base até as confederações nacionais, permite uma organização eficiente do sistema cooperativista, fortalecendo a representatividade do setor e promovendo a cooperação entre as cooperativas para benefício de seus membros e da comunidade em geral.

As cooperativas de crédito se organizam por meio de um Estatuto Social, que é um documento legal que estabelece as normas e diretrizes para o funcionamento da cooperativa. É por meio do Estatuto Social que a cooperativa estabelece sua estrutura organizacional, suas regras de funcionamento e os direitos e responsabilidades dos associados. A descrição detalhada do que deve conter no Estatuto Social das cooperativas de crédito é estabelecida pela Lei Complementar n. 130, 2009.

Em suma, as cooperativas de crédito geram impactos socioeconômicos relevantes ao fornecer acesso a serviços financeiros, promover a inclusão financeira, estimular o empreendedorismo, fortalecer o capital social e promover a educação financeira. Essas instituições desempenham um papel vital no desenvolvimento econômico e social das comunidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável (G. H. D. Souza et al., 2022).

Além disso, essas cooperativas de crédito desempenham um papel importante ao atender comunidades desassistidas de serviços bancários e indivíduos de baixa renda, elas ajudam a reduzir a exclusão financeira e a desigualdade econômica (Zeni & Fumagalli, 2019). Essas cooperativas têm um papel significativo no desenvolvimento de áreas rurais e regiões menos desenvolvidas, onde as cooperativas de crédito fornecem serviços financeiros adaptados às

necessidades locais, contribuindo para fortalecer as economias locais, que não são atendidos pelos bancos tradicionais (Soares & Melo, 2008).

Esses são apenas alguns exemplos dos impactos socioeconômicos gerados pelas cooperativas de crédito. O impacto pode variar de acordo com a região, o tamanho da cooperativa e os setores atendidos, mas, de maneira geral, as cooperativas de crédito têm um papel importante no fortalecimento das comunidades e na promoção do desenvolvimento econômico inclusivo.

Apesar da relevância social das entidades cooperativas, dados do OCB (2022), evidenciam que ocorreu uma queda na quantidade de cooperativas em funcionamento no Brasil entre os anos de 2020 a 2021, porém, apesar disso, o crescimento no número de associados é contínuo. Em uma linha do tempo, vinda de 2016 a 2021, a quantidade de cooperados passou de 8,8 milhões para 14,6 milhões, um crescimento médio de 12% anual (OCB, 2022). Isso ocorre principalmente pelo compromisso pelos bons resultados, com grande diferencial nas relações sociais, além de facilitarem a aquisição de crédito às diversas classes sociais (R. de Oliveira et al., 2020).

O cooperativismo de crédito já vem sendo alvo de investigações no meio acadêmico, levando a investigações sobre diversos aspectos relacionados ao setor. Alguns pesquisadores têm se dedicado ao estudo das determinantes da performance financeira das cooperativas de crédito, buscando compreender os fatores que influenciam sua eficiência (G. H. D. Souza, Bressan, Carrieri, & Gonçalves, 2023), rentabilidade (Bittencourt et al., 2017; R. R. dos Santos, Callado, & Santos, 2020) e sustentabilidade (Scheidt, Stefano, & Kos, 2019; Tres, Mazzioni, & Dal Magro, 2022).

Outros estudos têm abordado a qualidade dos serviços oferecidos pelas cooperativas de crédito, explorando a satisfação dos stakeholders (Zucco, Santos, Beghini, & Carvalho, 2022), a inovação dos produtos e processos (Farias, Martins, Costa, & Vilela, 2021), bem como a expansão das cooperativas em busca de novos associados (Ross, Padilha, & Sartoretto, 2023). Além disso, as práticas de gestão adotadas pelas cooperativas de crédito têm sido objeto de investigação, com pesquisadores examinando temas como governança cooperativa (Kumkit, Gan, Anh, & Hu, 2022), estratégia organizacional (Al-Zyoud & Ordonez-Ponce, 2022) e gestão de riscos (Schotten, de Sousa Pereira, & Morais, 2022), entre outros (Barreto & Cunha, 2022; Scheidt et al., 2019; G. H. D. Bressan, & Carrieri, 2022).

Conforme apresentado, a representatividade das cooperativas de crédito no ambiente financeiro brasileiro evoluiu consideravelmente e isso trouxe a necessidade de aprimorar os controles e implantar mecanismos de governança nessas organizações (T. da Silva, 2018). Foi

no ano de 2006 que o BACEN, junto as lideranças das cooperativas de crédito, iniciaram o projeto das boas práticas de governança que devem ser utilizados pelas organizações do ramo (BCB, 2008). Na próxima seção, será discutido o contexto da governança cooperativa.

2.2 Governança Cooperativa

É possível indicar que o início da discussão sobre governança corporativa deu-se na obra "The Modern Corporation and Private Property" de Berle e Means (1932). Nesse trabalho os autores trouxeram à tona os problemas da separação entre a propriedade e controle, decorrente do surgimento das sociedades anônimas no contexto norte americano, e de instrumentos para mitigar os problemas decorrentes dessa separação. E os problemas indicados por Berle e Means (1932), anos depois foram descritos por Coase (1937), e Jensen e Meckling (1976), configurando assim a teoria de agência como a base conceitual clássica de governança corporativa.

Coase (1937), em seu trabalho, trouxe a discussão sobre os custos de transação, e sua influência na estrutura organizacional e nos mecanismos de governança das empresas. Jensen e Meckling (1976), por sua vez, estabeleceram as bases da teoria da agência. Outros estudos, como o de Arrow (1985), também trazem à tona a problemática da assimetria da informação. Esses estudos evidenciam os pressupostos da teoria da agência, sendo a assimetria informacional, o conflito de interesses e o apetite diferenciado ao risco como fatores que moldam as relações de agência nas organizações.

A teoria de agência tem no seu cerne conceitual a relação entre os principais (shareholders) e os agentes (gestores) das organizações, destacando os conflitos que podem surgir devido à separação entre a propriedade e o controle (Jensen & Meckling, 1976), principalmente em um cenário de dispersão de capital. Entretanto, os problemas de agência também podem surgir em contextos em que ocorre a concentração de capital, levando à problemática da relação entre principal x principal, ou seja, entre acionistas majoritários e acionistas minoritários (Carvalho & Ribeiro, 2019). Nessas situações os acionistas majoritários têm maior poder de decisão e controle sobre a empresa, o que pode resultar em conflitos de interesse e na falta de proteção dos direitos dos acionistas minoritários (Jiang & Kim, 2020). Em cooperativas de crédito, o conflito de principal x principal pode ser mitigado, visto que, o princípio cooperativo da democracia participativa estabelece que cada membro tem direito a um voto, independentemente do número de cotas que possua (Mia et al., 2022).

Além dos problemas derivados da separação de propriedade, escândalos corporativos, também impulsionaram o interesse e desenvolvimento de práticas e estudos envolvendo a

governança (Vilela, Carvalho, Bernardes, & Cardoso, 2015). Uma vez que escândalos influenciam na confiança dos stakeholders nas práticas de gestão e nas estruturas corporativas existentes.

Entre os escândalos mais comentados, estão casos como o colapso da empresa de energia Enron em 2001, onde foram reveladas fraudes contábeis generalizadas e ocultação de dívidas, resultando em perdas financeiras massivas para acionistas e funcionários (Baker & Hayes, 2004). Outro, é o escândalo da empresa de telecomunicações WorldCom em 2002, que envolveu a manipulação de resultados financeiros e a falsificação de registros contábeis para inflar artificialmente o desempenho da empresa (Harmantzis, 2004).

Um outro escândalo notório que abalou o mundo dos negócios foi o escândalo da empresa de serviços financeiros Lehman Brothers, em 2008. A Lehman Brothers era uma das maiores instituições financeiras dos Estados Unidos e sua falência teve um impacto significativo na crise financeira global que se seguiu. Este envolveu práticas contábeis questionáveis e o uso de instrumentos financeiros complexos para mascarar as verdadeiras condições financeiras da empresa. Essas práticas enganosas permitiram que a empresa ocultasse suas dívidas e riscos, levando a uma falsa percepção de solidez financeira (Swedberg, 2015).

Outro também relacionado à governança corporativa foi o escândalo da Volkswagen (VW), que veio à tona em 2015. A VW, uma das maiores fabricantes de automóveis do mundo, foi acusada de manipular os resultados dos testes de emissões de poluentes de seus veículos a diesel. Descobriu-se que a VW havia instalado dispositivos de manipulação de software em seus veículos a diesel, os quais detectavam quando os carros estavam sendo submetidos a testes de emissões e ajustavam os motores para emitirem níveis de poluentes mais baixos. Entretanto, durante o uso normal dos veículos, os motores operavam de maneira diferente, emitindo poluentes acima dos limites permitidos (Crête, 2016).

Recentemente, o mercado varejista tem sido impactado pelas notícias relacionadas ao caso da Americanas. A empresa anunciou um déficit financeiro de mais de R\$ 20 bilhões, que resultou em um pedido de recuperação judicial. Esse escândalo recente envolvendo a Americanas, uma empresa de capital aberto brasileira, ressalta ainda mais a importância das boas práticas de governança (K. Souza, 2023).

Esses eventos serviram para mostrar que a área da governança ainda possui lacunas a serem preenchidas, como um alerta para a necessidade de aprimorar as práticas de governança corporativa, fortalecendo a supervisão e o monitoramento dos órgãos de governança, estabelecendo padrões éticos mais rigorosos e promovendo a transparência e a prestação de contas. O mecanismo de governança corporativa possui em seus princípios a transparência,

equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Estes proporcionam aos seus stakeholders maior confiabilidade na tomada de decisão (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2015). Na Tabela 2 são descritos os princípios da governança cooperativista.

Tabela 2

Princípios da Governança Cooperativista

Princípio	Descrição
Transparência	A transparência é um dos pilares fundamentais da governança corporativa. Envolve a divulgação de informações relevantes sobre a empresa, suas atividades, estratégias, desempenho financeiro e riscos aos seus stakeholders, como acionistas, investidores, funcionários e a comunidade em geral. A transparência permite que os stakeholders tenham acesso a informações adequadas e confiáveis para tomar decisões informadas, contribuindo para a confiança e a credibilidade da empresa.
Equidade	O princípio da equidade está relacionado à igualdade de tratamento e oportunidades para todos os acionistas e partes interessadas da empresa. Isso significa que todos os acionistas devem ter direitos iguais, como o direito a voto, participação nos lucros e acesso a informações relevantes. Além disso, a equidade também se estende aos colaboradores, fornecedores e demais partes envolvidas, buscando evitar discriminações ou favorecimentos indevidos.
Prestação de contas	A prestação de contas refere-se à responsabilidade da administração e dos órgãos de governança corporativa em prestar contas pelos resultados, ações e decisões da empresa. Isso implica em garantir que os gestores atuem de forma ética, transparente e responsável, em conformidade com as leis, regulamentações e interesses dos stakeholders. A prestação de contas envolve a comunicação clara dos resultados financeiros, desempenho operacional, estratégias e riscos da empresa.
Responsabilidade corporativa	A responsabilidade corporativa envolve o compromisso da empresa em agir de forma ética, sustentável e responsável em relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Isso significa considerar não apenas os interesses financeiros de curto prazo, mas também o impacto de suas atividades e decisões sobre a sociedade e o meio ambiente a longo prazo. A responsabilidade corporativa abrange áreas como responsabilidade social, governança ambiental, gestão de riscos e conformidade com regulamentações aplicáveis.

Fonte: Adaptado de “*Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*” de Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, IBGC 2015.

Esses princípios da governança corporativa são essenciais para promover a confiança e o desempenho econômico e sustentável das empresas, estes ajudam a garantir que as empresas sejam conduzidas de maneira ética, transparente e responsável, levando em consideração os interesses de todos os stakeholders envolvidos (Sousa, Passos, Dallagnol, Duarte, & Costa, 2021).

As práticas de governança podem ser classificadas como internas e externas as organizações, conforme é apresentado na Figura 1, a partir do framework proposto por Gillan (2006).

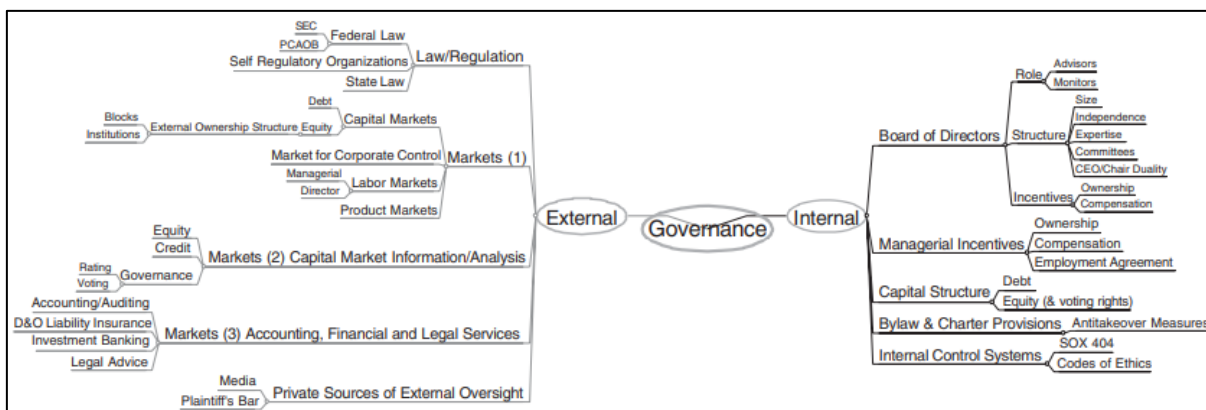


Figura 1. Estrutura dos Mecanismos de Governança

Fonte: De “Recent Developments in Corporate Governance: An Overview” de Gillan 2006, *Journal of Corporate Finance*, p. 384. doi:10.1016/j.jcorpfin.2005.11.002

Assim como nas organizações de capital aberto, as cooperativas de crédito fazem a utilização do mecanismo de governança, no entanto, para esse segmento, a nomenclatura é alterada para Governança Cooperativa, visto que os objetivos das organizações cooperativistas são diferentes das organizações de capital aberto (Iqbal, Nawaz, & Ehsan, 2019; OCB, 2022). Essa governança cooperativa ocorre de forma interna, com a diretoria executiva, o conselho de administração e o conselho fiscal; e de forma externa com os auditores independentes (S. M. de Jesus & Alberton, 2007).

A governança cooperativa busca estabelecer mecanismos e práticas que visam proteger os interesses dos cooperados e assegurar uma gestão eficiente e responsável das empresas (Gangi, Salerno, Meles, & Daniele, 2019). Esses mecanismos incluem a definição clara de papéis e responsabilidades, a transparência na divulgação de informações, a prestação de contas dos gestores perante os cooperado e a proteção dos direitos dos cooperados minoritários (Koprowski, Krein, Mazzioni, & Dal Magro, 2021). Os cooperados confiam aos gestores a administração dos seus recursos financeiros, mas nem sempre os interesses dos gestores estão alinhados com os interesses dos cooperados (Abdullah & Valentine, 2009).

Dentre os mecanismos internos de governança, os conselhos são vistos como os principais, pois é por meio deles que são desempenhados os papéis de aconselhamento e monitoramento da gestão de uma entidade (A. F. Ramos, Peixoto, Ferreira, & Rodrigues, 2020). No contexto das cooperativas de crédito, os membros dos conselhos de administração, fiscal e diretoria executiva, são compostos exclusivamente por cooperados, e é necessário seguir um processo de candidatura e eleição na qual os cooperados de forma individual ou por meio de delegados, possuem a oportunidade de eleger os membros dos órgãos citados em assembleia (Mia et al., 2022). A partir desse processo, por meio da eleição, e instalação desses órgãos,

acredita-se que é possível mitigar conflitos entre o agente e o principal, pois foi de senso comum a escolha dos seus representantes para gerenciar, controlar e tomar decisões em prol da cooperativa e seus cooperados (Bueno, Nascimento, Lana, Gama, & Marcon, 2018).

A eleição de membros para a diretoria executiva, conselho de administração e conselho fiscal em cooperativas de crédito, seguem as leis complementares n. 130 de 2009 e n. 196 de 2022, e os requisitos devem ser previstos nos estatutos de cada cooperativa, aprovado em assembleia, homologado e chancelado pelo Banco Central do Brasil.

A Diretoria Executiva desempenha um papel fundamental no processo de transformar a visão estratégica estabelecida pelo conselho de administração em ações práticas e tangíveis (Unda, 2015). Uma das principais responsabilidades da Diretoria Executiva é formular planos e estratégias de curto e longo prazo, alinhados com a missão e valores da cooperativa de crédito. Essas estratégias visam orientar a organização na direção de seus objetivos, buscando o benefício dos cooperados, a sustentabilidade financeira da cooperativa (C. da Silva, C. T. da Silva, Mucci, & Beck, 2021).

Além disso, a Diretoria Executiva é responsável por atingir as metas e indicadores de desempenho que permitam avaliar o progresso e a eficácia das ações realizadas (Munaretto, 2013). Essas metas podem incluir o crescimento do número de cooperados, o aumento da carteira de empréstimos, a melhoria do atendimento aos associados, entre outros aspectos relevantes para o desenvolvimento da cooperativa de crédito.

Na governança cooperativa, o conselho de administração é o principal órgão e seus conselheiros são cooperados eleitos pelos próprios cooperados. Este conselho é responsável pela tomada de decisão. Outro papel que lhe compete é monitorar a diretoria executiva e manter o bom relacionamento entre ela e seus cooperados (Trindade & Bialoskorski, 2012; Zittei, Batista, & Lugoboni, 2016). Diferente do que ocorre com as organizações de capital aberto, em que os conselheiros são identificados no mercado, e por meio de eleição, passam a integrar o CA, nas cooperativas, os membros dos conselhos são associados que se unem e colocam seus nomes a disposição da assembleia para serem eleitos (Chen, 2011).

O conselho de administração tem como uma de suas principais responsabilidades representar os interesses dos cooperados e definir a estratégia da instituição. Ele atua como um órgão de supervisão, garantindo que a cooperativa opere de acordo com os princípios cooperativistas e em benefício de seus associados. Ainda, o conselho de administração é responsável por orientar a diretoria executiva, monitorar o desempenho financeiro e promover a conformidade legal e ética da organização em que opera (Freitas, 2019).

No contexto das cooperativas de crédito, o conselho de administração é composto por membros eleitos pelos cooperados, que representam os interesses dos associados e contribuem para a definição da estratégia da cooperativa, tendo como a principal função garantir que a cooperativa opere de acordo com os princípios cooperativistas e em benefício dos cooperados (Mia et al., 2022).

É papel do conselho de administração orientar e apoiar a diretoria executiva, fornecendo diretrizes gerais, supervisionando as atividades e oferecendo orientações estratégicas para a gestão eficaz da cooperativa (Ross et al., 2023). Sua principal função é garantir que a cooperativa opere em conformidade com os princípios cooperativistas, visando o benefício dos cooperados (Bittencourt et al., 2017). Como órgão de supervisão, o conselho monitora o desempenho financeiro, avalia o cumprimento dos objetivos estratégicos e promove a conformidade legal e ética da organização (Pereira, 2018). Dessa forma, ele contribui para a transparência, responsabilidade e sucesso da cooperativa, assegurando que suas ações estejam alinhadas com o bem-estar dos associados.

Os conselheiros fiscais são responsáveis pela fiscalização dos administradores da organização, opinar e examinar os relatórios e as demonstrações financeiras. É importante destacar que o conselho fiscal não substitui o comitê de auditoria (Monici & de Jesus Barros Costa, 2019). No âmbito das cooperativas de crédito, é recomendado que a candidatura para a formação do conselho fiscal deva ser individual, sem formação de chapa, para evitar submissão ou fragilidades dos membros ao Conselho de Administração ou Diretoria Executiva (Trindade & Bialoskorski, 2012). Vale ressaltar que por meio da Lei Complementar n. 196, 2022, o conselho fiscal tornou-se facultativo em cooperativas de crédito, na condição de possuir conselho de administração e diretoria executiva.

Devida a importância dos conselhos como mecanismos de governança, pesquisadores buscam compreender o seu funcionamento, composição, e efeitos no ambiente organizacional, sobre diferentes aspectos, tais como, a adoção práticas anticorrupção (Koprowski et al., 2021), efeitos na volatilidade do mercado (Teodósio, Madaleno, & Vieira, 2022) e gerenciamento de resultados (Soschinski, Hausmann, Peyerl, & Klann, 2021). No âmbito das cooperativas de crédito, é possível citar os estudos de Frizon, Frizon, e Bedin (2020), Nogueira, Carneiro, Prochnow, Brizolla e Thesing (2022) e, Nogueira et al. (2022).

O estudo de Souto e Martins (2018), analisa o efeito das práticas de governança cooperativa no desempenho das cooperativas de crédito, apresentando neste estudo que apenas 7,7% dos participantes do estudo possuem avaliação de cada conselheiro administrativo e, também somente 53,8% tem a sua Diretoria Executiva eleita por meio de Assembleia Geral.

O estudo de Forte, Silva e Abreu (2021) investigou a relação entre a estrutura do conselho de administração e a divulgação de práticas ambientais e sociais em empresas brasileiras. Os resultados revelaram que a presença de conselheiros independentes no conselho de administração teve um impacto positivo na divulgação dessas práticas, indicando que empresas com uma proporção maior de conselheiros independentes são mais propensas a evidenciar informações relacionadas à responsabilidade social corporativa. Além disso, foi observado que o número de reuniões anuais do conselho teve um efeito negativo na divulgação de práticas ambientais e sociais, sugerindo que um maior número de reuniões pode resultar em uma menor ênfase na divulgação dessas práticas.

Nogueira, et al. (2022) realizaram estudo sobre a governança cooperativa, com foco na atuação do Conselho Fiscal em uma cooperativa de crédito. No estudo, os autores identificaram que o Conselho Fiscal age em conformidade com os princípios de governança corporativa, promovendo transparência, equidade e prestação de contas. Para eles, o Conselho Fiscal atua de forma independente e tem acesso às informações necessárias para desempenhar suas responsabilidades. Para os investigadores, esses achados, reforçam a relevância da governança cooperativa na busca por melhor desempenho e sustentabilidade, alinhando-se aos princípios e valores do cooperativismo. Durante o estudo, investigou-se ainda a compreensão dos conselheiros de administração de um grupo de cooperativas de crédito sobre a governança corporativa no mercado financeiro. Foram entrevistados 12 conselheiros matriculados no programa de Capacitação para Gerenciamento de Cooperativas de Crédito em 2019. Utilizando uma abordagem qualitativa e descritiva, os resultados indicam que os conselheiros compreendem a importância da governança para otimizar o desempenho das cooperativas e proteger os interesses dos membros. Eles reconhecem que suas responsabilidades vão além da fiscalização e incluem a gestão estratégica para garantir a sustentabilidade das cooperativas.

Conforme relatado até o momento, é possível visualizar que os órgãos de governança possuem papel relevante na condução e direcionamento da governança de cooperativas de crédito. Com isso, pesquisas vêm sendo desenvolvidas, dentre as quais, uma linha de pesquisa que tem aparecido em destaque é sobre o efeito da participação das mulheres na governança corporativa e sobre a responsabilidade social corporativa (Prudêncio et al., 2021) ou a performance sobre o desempenho das organizações (Martins et al., 2023), ponto esse que será discutido a partir da próxima seção.

2.3 Participação das mulheres nos Órgãos de Governança

A busca pela participação das mulheres em posições de liderança tem ganhado cada vez mais destaque em todo o mundo. A conscientização sobre a importância da participação feminina nos órgãos de governança e a necessidade de superar as desigualdades de gênero levaram países a implementar legislações voltadas para a participação feminina nos conselhos de administração das empresas.

Um marco inicial nesse movimento ocorreu em Israel, que adotou medidas nesse sentido em 1993 (C.P. Silva & Martins, 2017). Em países europeus, como Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Itália e Portugal, a presença de mulheres nos conselhos de administração é exigida por lei, por meio de cotas obrigatórias. Em contrapartida, países como Dinamarca, Eslovênia, Irlanda, Polônia e Ucrânia adotam abordagens mais flexíveis, buscando promover a participação feminina por meio de autorregulação e outras medidas internas (Pereira, 2018).

No Brasil, o Projeto de Lei n. 785, que buscava estabelecer a obrigatoriedade de uma participação mínima de 30% de mulheres nos conselhos de administração de companhias de capital aberto, foi arquivado. Razões como a falta de apoio político, alterações nas prioridades legislativas, questões legais ou constitucionais, podem ser fatores que contribuíram para que o projeto fosse arquivado. Vale sinalizar que o arquivamento de um projeto de lei pode ser tanto temporário, com a possibilidade de retomada em uma sessão legislativa futura, quanto definitivo (Diniz, 2005). Como em outros países, no Brasil há iniciativas voluntárias estimuladas por pressões sociais no sentido de promover a participação das mulheres nos órgãos de governança (L. Costa, et al, 2019).

A discussão sobre a dificuldade de mulheres em ascender na hierarquia organizacional, encontra-se em pauta desde 1984, em decorrência da existência do *glass ceiling*. Este termo foi utilizado no ano de 1984, quando Gay Bryant citou-o ao referir-se às mulheres que ficavam presas a um determinado crescimento dentro das organizações (Boyd, 2008). O termo *glass ceiling*, indica um significado inverso ao do ditado popular *o céu é o limite*. Enquanto um indica a ideia de que tudo é possível de ser alcançado, ele indica um limitador do crescimento do papel das mulheres em uma instituição (Khosla, 2021).

Apesar da relevância do papel da mulher na sociedade e da evolução em prol da igualdade de gêneros, observa-se que há desigualdade em relação ao número de homens e mulheres em cargos de gestão, além de diferenças salariais (Catalyst, 2020; Cotrim, Teixeira, & Proni, 2020; Khemakhem, Maalej, & Fontaine, 2022). Historicamente, os conselhos têm sido compostos exclusivamente por membros do sexo masculino, o que resulta em uma falta de

participação feminina. Reconhece-se que a inclusão de mulheres nos conselhos pode promover a participação das mulheres, trazendo perspectivas e experiências diferentes para o processo de tomada de decisões (Ujunwa, 2012).

Aos poucos, é possível perceber a quebra dessas barreiras e certa evolução no ambiente corporativo em relação à participação das mulheres dos seus conselhos de administração em empresas listadas na B3, evoluindo gradativamente a participação das mulheres, conforme estudos que já avaliaram esse aspecto, como demonstra-se na Tabela 3.

Tabela 3.

Histórico de participação das mulheres no Conselho de Administração em empresas listadas na B3

Autores	Período de Análise	Participação (%)
C.P. Silva e Martins (2017)	2010 – 2013	5,6%
Nisiyama e Nakamura (2018)	2010 – 2014	5,7%
Dal Magro et al. (2018)	2014 – 2014	10,0%
Castro (2023)	2010 – 2016	10,85%
K. da S. Souza, Nascimento, Silva e Costa (2022)	2016 – 2018	10,79%
Lima e Serra (2021)	2013 – 2019	9,3%

A participação das mulheres nos órgãos de governança, conselhos de administração, além de sua participação em comitês de supervisão e de auditoria pode estar ligada a práticas de governança mais robustas, pois as mulheres possuem características comportamentais e sociais tais como, aversão ao risco (Adams & Funk, 2012), organização (J. L. De Oliveira, Paiva, & Batista, 2022), planejamento estratégico (Canabarro & Salvagni, 2015), além de propiciar maior participação feminina (Forte et al., 2021; Perryman, Fernando, & Tripathy, 2016), o que pode contribuir para eficiência da governança. Para Adams e Ferreira (Adams & Ferreira, 2009), as mulheres têm a capacidade de desempenhar um papel ativo na supervisão e controle das atividades empresariais.

A contribuição da participação das mulheres em órgãos de governança e governança para o desempenho, pode estar relacionados a alguns fatores, estudos sinalizam que as mulheres têm uma tendência natural de terem maior aversão as perdas e riscos em comparação aos homens (Adams & Funk, 2012; Pereira, 2018; Shin, Chang, Jeon, & Kim, 2020; Yahya, Abbas, Ahmed, & Hashmi, 2020). Essa característica pode trazer benefícios nas atividades desenvolvidas pelos conselhos de administração das cooperativas de crédito, pois, com sua aversão a perdas, as mulheres podem trazer uma perspectiva mais cautelosa e uma abordagem prudente na tomada de decisões financeiras (Shin et al., 2020). Nesse caso, é possível refletir que ter mulheres nos órgãos de governança pode ajudar a mitigar riscos excessivos e promover uma gestão financeira mais equilibrada e sustentável nas cooperativas de crédito.

As mulheres possuem uma ampla gama de características que podem contribuir quando incluídas em órgão de governança. Além de serem ágeis, detalhistas, responsáveis, organizadas, honestas e flexíveis, elas podem trazer uma perspectiva diferente para a tomada de decisões, como a capacidade de estabelecimento de metas e um estilo de liderança motivador para alcançar os objetivos (J. L. De Oliveira et al., 2022; D. J. M. Silva & Silva, 2018).

Pesquisas (Haveroth, Ganz, Bilk, & Silva, 2019; S. M. C. da Silva, 2016) sugerem que as mulheres podem ter uma maior resiliência emocional, ou seja, a capacidade de se recuperar de eventos adversos e lidar com o estresse de forma eficaz, essa qualidade pode contribuir no ambiente financeiro. A resiliência emocional das mulheres pode ajudar a enfrentar pressões e tomadas de decisões difíceis.

Outro aspecto que pode ser considerado como explicativo para o efeito que a participação das mulheres nos conselhos e cargos de liderança possui sobre o desempenho corporativo é em decorrência de que um grupo homogêneo não consegue gerar visões e opiniões diferenciadas (Dal Magro et al., 2018). Desse modo, é possível arguir que a participação feminina nos órgãos de governança e gestão pode trazer perspectivas diversas, estimular o pensamento crítico e a criatividade, e pode permitir encontrar soluções inovadoras para os desafios enfrentados pelas cooperativas de crédito.

O meio acadêmico tem discutido com maior frequência a participação das mulheres nos mecanismos de governança. O estudo de Lay, Gonçalves e Da Cunha (2017) investigou a relação entre a presença de mulheres nos conselhos de administração e comitês de auditoria e o audit delay. Os resultados mostraram que a presença de mulheres nos comitês de auditoria está associada a uma redução no prazo de divulgação do relatório de auditoria. No entanto, não foi encontrada uma relação significativa entre a presença de mulheres nos conselhos de administração e o audit delay.

Prudêncio et al. (2021) analisaram o efeito causado pela participação feminina no conselho de administração e na diretoria executiva sobre a Responsabilidade Social Corporativa. A presença de mulheres no conselho de administração foi identificada como influência positiva no nível de Responsabilidade Social Corporativa, indicando que as mulheres têm maior sensibilidade às questões relacionadas à responsabilidade social.

O estudo de Cicchiello et al. (2022) examinou a influência da participação de mulheres no conselho de administração na decisão de emissão de títulos verdes pelas empresas. Os resultados mostraram que a presença de mulheres no conselho não afeta diretamente a probabilidade de emissão de títulos verdes. No entanto, quando combinada com uma estrutura de dívida de longo prazo, a participação de mulheres tem um efeito positivo significativo na

emissão de títulos verdes. Isso sugere que a presença de mulheres no conselho de administração está associada a uma maior sensibilidade às questões ambientais. O estudo sugere que as mulheres podem ser mais propensas a adotar estratégias de investimento sustentável, como a emissão de títulos verdes.

Ainda na linha de sustentabilidade, os pesquisadores Nadeem et al. (2020) examinaram a relação entre a participação de mulheres no conselho de administração e a inovação ambiental em empresas nos Estados Unidos. O estudo encontrou uma relação positiva significativa entre a participação feminina no conselho de administração e a inovação ambiental, tanto em termos de inovação de processos quanto de inovação de produtos. Isso significa que a presença de mulheres nos conselhos está associada a um maior foco e implementação de práticas e políticas de sustentabilidade ambiental. As mulheres, em sua experiência e perspectiva únicas, trazem uma maior preocupação com os interesses dos outros e uma sensibilidade aguçada em relação ao meio ambiente. Sua capacidade de compreender os impactos das atividades corporativas no ecossistema e nas comunidades resulta em uma abordagem mais cuidadosa e comprometida com a proteção ambiental.

Um estudo realizado por Rjiba e Thavaharan (2022) investigou o efeito da participação de mulheres nos conselhos de administração nas emissões de carbono das empresas. O estudo abrangeu empresas de diferentes regiões geográficas e enfatizou os benefícios da maior representação feminina nos conselhos de administração para promover menor emissão de carbono. Esses resultados se mantiveram consistentes mesmo após a exclusão de países específicos da amostra e foram robustos em relação a diferentes métodos de estimação, definições alternativas da participação de mulheres, inclusão de variáveis de controle adicionais e preocupações de endogeneidade.

No ambiente financeiro, L. Costa, et al. (2019) examinaram o impacto da participação feminina no desempenho e risco financeiro das empresas brasileiras listadas e negociadas na B3. Verificou-se que a presença de mulheres nos conselhos de administração estava positivamente relacionada à geração de valor, mas essa relação era mais fraca em empresas de controle familiar. Além disso, a volatilidade foi reduzida em empresas familiares. Apesar do crescimento da representatividade feminina, a participação das mulheres nos conselhos ainda é minoritária e embora não haja um consenso definitivo sobre os benefícios econômicos e financeiros dessa participação feminina, o autor argumenta que a participação feminina é recomendável com base em princípios de justiça e igualdade de oportunidades.

Além de minoritária, a participação de mulheres em órgãos de governança, quando presentes nestes cargos, as mulheres são alocadas na função de secretária dentro do conselho

de administração, visto que essa atividade é comumente direcionada às mulheres (McKillop, Briscoe, McCarthy, Ward, & Ferguson, 2003). Em seu estudo, McKillop et al. (2003), os autores identificam que quanto maior a cooperativa de crédito, menor a incidência de mulheres na função de secretariado, além de maior presença de mulheres nos demais cargos do conselho de administração.

Lamberte e Manlagñit (2009), estudam o impacto financeiro gerado pelas mulheres cooperadas e funcionárias das cooperativas de crédito nas Filipinas entre os anos de 1986 e 1999. O estudo constatou que as cooperativas de crédito com maior número de mulheres como funcionárias apresentaram maior eficiência de custos e lucratividade. Alguns fatores que contribuíram para a eficiência de custos e lucratividade das cooperativas foram o aumento do número de funcionários voluntários e permanentes de meio período, bem como os salários abaixo do mercado. Esses elementos permitiram que as cooperativas reduzissem seus custos operacionais. Com base nos dados apresentados pelos pesquisadores, a lucratividade das cooperativas de crédito nas Filipinas ocorre por meio da desvalorização da mão de obra das mulheres, visto que, quanto mais mulheres, menores os custos operacionais.

O estudo de I. da Costa, Ferreira e Dalcero (2022) cita que ainda existem desigualdades salariais, menores oportunidades de inserção no mercado de trabalho e pouca representatividade feminina em cargos de gestão e chefia corporativa. Os conselhos de administração são órgãos fundamentais para a governança corporativa e estabelecem as diretrizes das organizações. Portanto, é essencial promover a participação de mulheres nos conselhos, incluindo diferentes perfis de atuação, independência em relação aos controladores da empresa e competências necessárias para cumprir suas deliberações. A presença feminina nos conselhos de administração impulsiona a adoção da agenda de sustentabilidade e governança nas empresas. Pesquisas demonstraram que empresas com mulheres em cargos de liderança apresentam melhores desempenhos em aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG).

Com resultados diferentes dos reportados anteriormente, os pesquisadores Adusei et al. (2017) ao examinarem a relação entre participação de mulheres no conselho de administração e eficiência técnica de Instituições Financeiras de Microfinanças (IFM), mostram que a participação de mulheres no conselho tem uma associação negativa com a eficiência técnica das IFM. No entanto, quando considerado o tamanho da IFM, a presença de mulheres no conselho tem um efeito positivo na eficiência técnica das IFM maiores. Os autores recomendam que as IFM considerem a inclusão da eficiência técnica em suas métricas de desempenho e que IFM maiores busquem melhorar a participação de mulheres em seus conselhos de forma cuidadosa, escolhendo diretoras experientes e conhecedoras do setor de microfinanças.

Não apenas Adusei et al. (2017) identificaram resultados de efeito negativo em relação à participação de mulheres nos conselhos de administração no desempenho das organizações. Darmadi (2013), em sua amostra, observou uma média de participação de 12% de mulheres nos conselhos de administração. O estudo concluiu que a presença de mulheres nos conselhos de administração não está associada a um desempenho superior e que essa presença é mais comum em empresas menores, possivelmente devido a laços familiares com fundadores ou acionistas controladores. Conforme os resultados apresentados no artigo, a participação de mulheres em cargos de liderança nos conselhos de administração das empresas listadas na Indonésia apresenta uma associação negativa com o desempenho financeiro.

No estudo conduzido por Low, Roberts e Whiting (2015), é examinado o impacto da inclusão mulheres como diretoras nos conselhos de empresas asiáticas sediadas em Hong Kong, Coreia do Sul, Malásia e Cingapura. Os achados indicam que, ao aumentar a presença de diretoras mulheres, ocorre uma atenuação de efeitos positivos que poderiam ser encontrados em indicadores de desempenho, o que parece ocorrer especialmente em nações com uma maior participação econômica e empoderamento das mulheres. Isso pode estar relacionado ao conceito de tokenismo e sugere que medidas como a imposição de nomeações de diretoras mulheres ou a implementação de quotas de gênero podem ter o efeito de reduzir o desempenho das empresas em contextos onde exista uma resistência cultural significativa.

Discutida a participação das mulheres e estudos relacionados a essa perspectiva em relação a performance, na próxima seção, são apresentadas as hipóteses dessa dissertação.

2.4 Formulação de Hipóteses

O conselho de administração é considerado como um dos principais mecanismos de governança corporativa e tem como função a tomada de decisão, aconselhamento e monitoramento da diretoria (Nisiyama & Nakamura, 2018). E evidências teóricas demonstram que a composição dos órgãos de governança pode influenciar nos resultados das organizações. Dentre os elementos de avaliação na composição dos conselhos, há o aspecto da participação das mulheres, a qual tem crescido em termos de investigações teóricas e iniciativas legais, como a definição de cotas de participação de mulheres em órgãos de governança.

Os resultados dos estudos que investigam os impactos da participação feminina nos órgãos de governança podem ser categorizados em duas abordagens: aquelas que identificam efeitos positivos e aquelas que apontam resultados negativos (Dani et al., 2019).

As investigações que destacam efeito positivo (Adams & Funk, 2012; J. L. De Oliveira et al., 2022; Perryman et al., 2016) enfatizam aspectos comportamentais específicos das

mulheres, como aversão ao risco, habilidades organizacionais e capacidade de planejamento estratégico. Além disso, tais estudos ressaltam que a presença feminina pode enriquecer a diversidade nas organizações (Forte et al., 2021; Perryman et al., 2016), o que conseqüentemente podem impactar positivamente no resultado das entidades.

No entanto, estudos também encontram efeito negativo da participação de mulheres sobre o desempenho de entidades (Darmadi, 2013; Khan & Abdul Subhan, 2019; Low et al., 2015). Evidências sinalizam que em alguns mercados a participação de mulheres nos órgãos ocorrem apenas para cumprimento de aspectos legais ou pressões sociais, não levando em consideração elementos como a expertise delas (Torchia, Calabrò, & Huse, 2011). Estudos anteriores indicam que apenas ter mulheres no conselho de administração apresenta uma falsa diversidade, tendo sua presença na lista de conselheiros apenas para atender aos padrões (Lay et al., 2017). Outros estudos sinalizam que, por vezes, as mulheres presentes nos conselhos são destinadas ao papel de secretariar o conselho, o que pode mitigar a efetividade no exercício do papel de conselheira (McKillop et al., 2003).

Desse modo, é possível verificar que os resultados dos estudos anteriores são ambíguos em relação ao efeito da participação de mulheres em órgãos de governança sobre o desempenho das organizações. Ademais, no cenário das cooperativas, os efeitos da presença de mulheres no desempenho dessas entidades ainda é pouco explorado, onde é possível citar os estudos de (Dal Magro et al., 2018), que encontram efeitos positivos sobre o crescimento; negativos (Darmadi, 2013; Khan & Abdul Subhan, 2019; Low et al., 2015), ou ainda que não encontram nenhum efeito (Dias, 2016). Assim, é possível observar que as evidências progressas são inconclusivas sobre a participação das mulheres sobre o desempenho de cooperativas. Com base nisso, dá-se as primeiras hipóteses:

Hipótese 1. Existe uma relação entre a participação de mulheres nos órgãos de governança e o desempenho das cooperativas de crédito mensurado pelo ROA.

Hipótese 2. Existe uma relação entre a participação de mulheres nos órgãos de governança e o desempenho das cooperativas de crédito mensurado pelo ROE.

3 Método e Procedimento da Pesquisa

Esta seção apresenta o método e procedimentos da pesquisa, com a descrição do caminho percorrido pelo estudo na busca de responder à questão problema do estudo e alcançar o objetivo geral por meio dos objetivos específicos delineados. As seis subseções contidas neste capítulo apresentam: delineamento da pesquisa; definição da população e amostra; constructo da pesquisa, procedimentos de coleta de dados, procedimentos de análise de dados, e limitações dos métodos e técnicas de pesquisa.

3.1 Delineamento da Pesquisa

O estudo classifica-se como descritivo, documental e com a abordagem quantitativa. A fim de observar, analisar, classificar e interpretar os fatos e registros, utilizar-se-á do método de pesquisa descritiva. O objetivo das pesquisas descritivas é criar uma visão geral sobre o assunto, de tipo aproximativo. Uma das principais características desse tipo de pesquisa é a padronização na coleta de dados (Cervo, Bervian, & Silva, 2007). Frente ao exposto a pesquisa é descritiva, pois visa descrever o efeito da governança no desempenho de cooperativas de crédito brasileiras.

A pesquisa documental é realizada a partir de documentos que possuem informações das quais ainda não receberam nenhum tratamento de análise. Este tipo de pesquisa tem sido largamente utilizada nas ciências sociais aplicadas, a fim de comparar fatos sociais, estabelecendo características ou tendências (Cechinel, Fontana, Giustina, Pereira, & Prado, 2016).

A abordagem quantitativa é caracterizada pela empregabilidade de instrumentos estáticos, tanto na coleta de dados quanto no tratamento das informações, é aplicada frequentemente em estudos descritivos e que procuram relacionar variáveis com a causalidade de fenômenos (Carmo & Lima, 2018). O estudo classifica-se como quantitativo, pois utilizou-se de técnicas estatísticas para a análise dos dados.

3.2 Definição da População e Amostra

A população do estudo são todas as cooperativas de crédito brasileiras durante os anos de 2021 e 2022. De acordo com os dados coletados no Banco Central do Brasil (2022), em 2021 totalizavam 818 e em 2022 totalizam 800 cooperativas de crédito singulares no país. Na Tabela 4 é possível verificar a quantidade de cooperativas de crédito distribuídas pelos estados brasileiros nos dois períodos analisados.

Tabela 4.
Distribuição das Cooperativas de Crédito Singulares

Região demográfica	Estado	UF	Coop. Créd. Singulares			
			2021	Particip.	2022	Particip.
Norte	Acre	AC	3	0,4%	2	0,3%
	Amapá	AP	0	0,0%	0	0,0%
	Amazonas	AM	2	0,2%	2	0,3%
	Pará	PA	8	1,0%	8	1,0%
	Rondônia	RO	15	1,8%	15	1,9%
	Roraima	RR	1	0,1%	1	0,1%
	Tocantins	TO	1	0,1%	1	0,1%
Nordeste	Alagoas	AL	5	0,6%	5	0,6%
	Bahia	BA	18	2,2%	18	2,3%
	Ceará	CE	4	0,5%	4	0,5%
	Maranhão	MA	6	0,7%	6	0,8%
	Paraíba	PB	10	1,2%	10	1,3%
	Pernambuco	PE	7	0,9%	6	0,8%
	Piauí	PI	2	0,2%	1	0,1%
	Rio Grande do Norte	RN	3	0,4%	3	0,4%
	Sergipe	SE	1	0,1%	1	0,1%
Centro-oeste	Distrito Federal	DF	13	1,6%	12	1,5%
	Goiás	GO	32	3,9%	31	3,9%
	Mato Grosso	MT	16	2,0%	16	2,0%
	Mato Grosso do Sul	MS	9	1,1%	9	1,1%
Sul	Paraná	PR	69	8,4%	69	8,6%
	Rio Grande do Sul	RS	92	11,2%	89	11,1%
	Santa Catarina	SC	93	11,4%	92	11,5%
Sudeste	Espírito Santo	ES	25	3,1%	23	2,9%
	Minas Gerais	MG	170	20,8%	167	20,9%
	Rio de Janeiro	RJ	38	4,6%	37	4,6%
	São Paulo	SP	175	21,4%	172	21,5%
Total:			818	100%	800	100%

Fonte: Banco Central do Brasil, (2022).

A definição da amostra do presente estudo foi estabelecida a partir da disponibilidade de informações sobre as características dos órgãos de governança das cooperativas de crédito brasileiras e informações financeiras necessárias para realização do estudo. Na Tabela 5 estão apresentados os critérios de desclassificação das cooperativas na amostra, e o procedimentos adotados para a apuração da amostra.

Tabela 5
Definição da amostra

	Apuração	
	2021	2022
Número de Cooperativas de Crédito	818	800
(-) Cooperativas de crédito sem informações de composição do conselho de administração	123	129
(-) Cooperativas de crédito sem informações de composição da diretoria executiva	58	42
(-) Cooperativas de crédito sem informações de composição do conselho fiscal	0	5
(-) Cooperativas de crédito com falta de informações financeiras	40	1
(-) Cooperativas de crédito sem informações de cooperados PJ	0	25
= Amostra do estudo	597	598

Conforme apresentado na Tabela 5, as cooperativas de crédito que não possuíam a composição do conselho de administração encontram-se fora da amostra do estudo. A segunda etapa de classificação das cooperativas de crédito para a amostra foi baseada na disponibilidade de informações da composição da diretoria executiva.

Na terceira fase de classificação, o critério utilizado foi a acessibilidade das informações do conselho fiscal. Na quarta fase, excluímos da amostra as cooperativas de crédito singulares que não apresentaram informações financeiras disponíveis. Por último, foram eliminadas as cooperativas de crédito singulares que não possuíam dados sobre cooperados institucionais. Após a realização dessas etapas, a amostra final do estudo consistiu em 597 cooperativas de crédito singulares para o ano de 2021 e 598 para o ano de 2022, totalizando um conjunto de 1.195 observações.

Em suma, a metodologia adotada para a definição da amostra buscou assegurar a qualidade e a representatividade dos dados coletados, contribuindo para a confiabilidade e relevância dos resultados alcançadas neste estudo sobre as cooperativas de crédito no Brasil.

3.3 Constructo da Pesquisa

Para a realização do presente estudo sobre a participação de mulheres nos órgãos de governança das cooperativas de crédito brasileiras, foi adotada uma abordagem quantitativa, incluindo todas as cooperativas de crédito singulares que possuíam informações publicadas e utilizáveis, como já apresentado anteriormente na Tabela 5.

Com o objetivo de compreender os efeitos da composição dos órgãos de governança dessas organizações quando há a participação de mulheres, foram consideradas variáveis dependentes, independentes e de controle, que estão detalhadas na Tabela 6.

Tabela 6
Variáveis do estudo

Variável	Sigla	Operacionalização	Autores
Variável dependente			
Return on Assets	ROA	O ROA foi apurado pela razão entre as sobras líquidas do período e o total do ativo do período.	(Azmy, Febriansyah, & Munir, 2019; L. Costa et al., 2019; Dani et al., 2017; Lee, Cin, & Lee, 2014; Martins et al., 2023; Ongore & Kusa, 2013; F. M. Ramos, 2020; V. da S. Santos, Oliveria, Silva, & Reis, 2021; C. P. Silva & Martins, 2017; K. da S. Souza et al., 2022)
Return on Equity	ROE	O ROE foi apurado pela razão entre sobras líquidas do período e o patrimônio líquido do período.	(Bittencourt et al., 2017; L. Costa et al., 2019; Dani et al., 2017; Lee et al., 2014; Martins et al., 2023; Ongore & Kusa, 2013; V. da S. Santos et al., 2021; K. da S. Souza et al., 2022)
Variáveis Independentes			
Participação de Mulheres no Conselho de Administração	PMCA	Razão entre o número de mulheres no conselho de administração e o total de membros do conselho.	(Ciftci, Tatoglu, Wood, Demirbag, & Zaim, 2019; Dal Magro et al., 2018; F. M. Ramos, 2020)
Participação de Mulheres no Conselho Fiscal	PMCF	Razão entre o número de mulheres no conselho fiscal e o total de membros do conselho.	(Dal Magro et al., 2018; F. M. Ramos, 2020)
Participação de Mulheres na Diretoria Executiva	PMDE	Razão entre o número de mulheres na diretoria executiva e o total de diretores.	(Dal Magro et al., 2018; Detthamrong, Chancharat, & Vithessonthi, 2017; Low et al., 2015)
Participação de Mulheres no Gênero como CEO	GCEO	Variável dummy que assume 1 se o CEO é do gênero feminino, e 0 caso contrário.	(F. M. Ramos, 2020; Torchia, Calabrò, Huse, & Brogi, 2010)
Variáveis de Controle			
Tamanho	TAM	Logaritmo natural do total do patrimônio líquido.	(Ali, Fei, Ali, & Hussain, 2021; Ciftci et al., 2019; Detthamrong et al., 2017; Dias, 2016; Mohsni, Otchere, & Shahriar, 2021; F. M. Ramos, 2020)
Endividamento Geral	END	Razão entre a soma do passivo circulante e passivo não circulante e o ativo total.	(Ali et al., 2021; Dias, 2016; G. H. D. Souza et al., 2023)
Índice de Basileia	BAS	Razão entre o patrimônio líquido de referência e a soma das dívidas de curto e longo prazo.	(Pinheiro, Savoia, & Securato, 2015; G. H. D. Souza et al., 2023)
Volume de Operações de Crédito	VOC	Razão entre o total de operações de crédito e o ativo total.	(Mohsni et al., 2021; G. H. D. Souza et al., 2023)
Taxa de Inadimplência	TXI	Razão entre a provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) e o volume de operações de crédito.	(Khan & Abdul Subhan, 2019)
Tamanho do CA	TAMCA	Número de membros do conselho de administração.	(Ali et al., 2021; Christensen, Kent, & Stewart, 2010; Corrêa, 2022; Dias, 2016)
Número de Associados Institucionais	NAI	Mensura o total de associados pessoa jurídica da cooperativa.	(D. F. da Silveira & dos Anjos, 2022)
Idade da Cooperativa	IDD	Mensurado pela diferença entre o ano de observação e o ano de fundação da cooperativa.	(Ali et al., 2021; Ariff, Ibrahim, & Othman, 2007; Ciftci et al., 2019; Corrêa, 2022; Dias, 2016)

As variáveis dependentes são aquelas que representam os resultados ou os impactos do interesse do estudo, ou seja, o que se deseja explicar ou prever. Neste estudo, as variáveis dependentes são aquelas que mensuram o desempenho da cooperativa (ROA e ROE). Já as variáveis independentes são aquelas que se acredita que podem influenciar os resultados das variáveis dependentes (Gujarati & Porter, 2011), neste estudo as variáveis independentes buscam caracterizar a participação das mulheres nos órgãos de governança das cooperativas de crédito singulares (PMCA, PMCF, PMDE e GCEO).

As variáveis de controle, por sua vez, são aquelas que se deseja controlar ou considerar seus efeitos ao analisar a relação entre as variáveis dependentes e independentes (Gujarati & Porter, 2011). Nessa investigação, as variáveis de controle capturam aspectos financeiros como o tamanho (TAM), o endividamento (END), o volume de operações de crédito (VOC), Índice de Basileia (BAS), taxa de inadimplência (TXI) e demais características, como tamanho do conselho de administração (TAMCA), idade (IDD), número de associados institucionais (NAI).

3.4 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

Para conduzir o estudo, os dados foram coletados em três momentos distintos, pois cada tipo de informação possui particularidades específicas. No primeiro momento, as informações financeiras foram obtidas através do sistema *IF.data* disponibilizado pelo Banco Central do Brasil. Na sequência, a identificação da data de fundação de cada cooperativa, foi por meio de uma pesquisa online utilizando o número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) de cada entidade junto à Receita Federal do Brasil, o que permitiu a obtenção do cartão CNPJ, onde constava o ano de fundação da cooperativa.

E na terceira etapa, as variáveis de governança foram obtidas por meio de consulta ao portal das instituições reguladas e fiscalizadas, também disponível no site do Banco Central do Brasil. É importante destacar que a coleta de dados se restringiu ao ano de 2021 e 2022, pois o histórico de dados de governança anterior não estava disponível para consulta. Essa delimitação de período foi necessária para garantir a precisão e confiabilidade dos resultados apresentados no estudo.

A análise dos dados ocorreu em dois momentos. Primeiro, utilizou-se estatística descritiva (média, mínimo, máximo e desvio padrão). Para auxiliar na análise da distribuição das cooperativas de crédito por meio da idade, utilizou-se da Regra de Sturges, que é uma técnica comumente utilizada para determinar o número ideal de intervalos ao analisar dados estatístico (Fávero & Belfiore, 2017). Essa representação visual é para entender padrões, tendências e a dispersão dos dados. Ela é uma regra empírica que auxilia na escolha do número

apropriado de intervalos, considerando o tamanho da amostra coletada (Crespo, 2020). A fórmula matemática é apresentada na equação (1)

$$k = 1 + 3,3 * \log N \quad (1)$$

Onde:

k é o número de intervalos;

N é o tamanho da amostra.

Para iniciar a análise da relação entre a participação das mulheres e o desempenho das cooperativas de crédito singulares da amostra, foi empregado inicialmente o teste de Correlação de Pearson. O intuito do emprego do teste de correlação, foi para identificar a existência de associação entre as variáveis estudadas, e ainda a presença de variáveis altamente correlacionadas que poderiam prejudicar as estimações por meio de regressão.

No segundo momento, utilizou-se a análise por meio de modelo de regressão linear múltipla. A regressão linear múltipla é uma técnica estatística usada para entender e quantificar as relações entre uma variável dependente e duas ou mais variáveis independentes. O modelo de regressão assume que existe uma relação linear entre a variável dependente e as variáveis independentes. Essa relação é expressa por meio de uma equação linear, na qual os coeficientes de regressão multiplicam as variáveis independentes, e um termo de erro representa a parte não explicada da variação na variável dependente (Gujarati & Porter, 2011). Assim, para testar o efeito que a participação de mulheres sobre o desempenho mensurado pela variável ROA foi utilizado o modelo equacional 2.

$$ROA_{it} = \beta_0 + \beta_1 \%PMCA_{it} + \beta_2 \%PMCF_{it} + \beta_3 \%PMDE_{it} + \beta_4 GCEO_{it} + \sum_k^8 \{Y_k \text{Controle}_{k,i,t}\} \quad (2)$$

Para verificar se a participação feminina no conselho de administração influencia no ROE das organizações estudadas.

$$ROE_{it} = \beta_0 + \beta_1 \%PMCA_{it} + \beta_2 \%PMCF_{it} + \beta_3 \%PMDE_{it} + \beta_4 GCEO_{it} + \sum_k^8 \{Y_k \text{Controle}_{k,i,t}\} \quad (3)$$

Com o objetivo de minimizar o efeito de observações com valores extremos, as variáveis relacionadas a aspectos financeiros passaram por um processo de winsorização. Nesse método, foi estabelecido um limite inferior (1%) e um limite superior (99%) para os valores, de forma a ajustar esses valores extremos para valores mais próximos da média. Cabe sinalizar que, para validar as estimativas econométricas através da técnica de regressão, foram conduzidos testes de pressupostos, os quais atestaram a adequação do uso do teste. No que tange à análise dos dados, o software Stata® foi empregado.

Após as estimações iniciais, foram realizados testes de robustez com medidas alternativas para a participação feminina, considerando evidências de estudos anteriores no intuito de confirmar os resultados obtidos nas estimações iniciais.

4 Resultados

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa. Inicialmente, os dados são analisados por meio da estatística descritiva, fornecendo uma visão abrangente do conjunto de dados em relação à amostra do estudo. Em seguida, são apresentados os testes estatísticos e discutidos os resultados dos testes de regressão conduzidos para avaliar a influência da participação das mulheres nos órgãos de governança das cooperativas de crédito singulares.

4.1 Análise estatística descritiva das variáveis

Esse estudo utilizou uma amostra de 1.195 observações no período de 2021 a 2022. Por meio da estatística descritiva foi possível obter uma visão geral dos dados coletados e permitir uma compreensão inicial do comportamento das cooperativas de crédito em relação à participação feminina nos órgãos de governança e das demais variáveis utilizadas no estudo. Os resultados da estatística descritiva são reportados na Tabela 7.

Tabela 7

Estatística descritiva

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.
ROA	1195	0.0141	0.0218	-0.307	0.293
ROE	1195	0.0742	0.0797	-1.206	0.352
PMCA	1195	0.155	0.162	0	1
PMCF	1195	0.230	0.208	0	1
PMDE	1195	0.214	0.280	0	1
TAMCA	1195	8.069	2.810	2	23
MCA	1195	1.217	1.265	0	10
MCF	1195	1.295	1.174	0	6
MDE	1195	0.553	0.724	0	4
GCEO	1195	0.202	0.401	0	1
END	1195	0.7583	0.2269	0.0073	0.9359
TAM	1195	113234	192752	254	2270000
BAS	1195	0.331	0.303	0.0872	1.918
VOC	1195	0.605	0.151	0.0100	1.018
TXI	1195	0.0459	0.0365	0.00464	0.471
NAI	1195	3886	6044	0	84175
IDD	1195	27.56	10.65	0	69

Nota. Legenda: ROA = Return on Assets; ROE = Return on Equity; PMCA = Participação de Mulheres no Conselho de Administração; PMCF = Participação de Mulheres no Conselho Fiscal; PMDE = Participação de Mulheres na Diretoria Executiva; TAMCA = Tamanho do Conselho de Administração; MCA = Total de Mulher no Conselho de Administração; MCF = Total de Mulher no Conselho Fiscal; MDE = Total de Mulher na Diretoria Executiva; GCEO = Participação de Mulheres no Gênero como CEO; END = Endividamento Geral; TAM = Tamanho da Cooperativa de Crédito; BAS = Índice de Basileia; VOC = Volume de Operações de Crédito; TXI = Taxa de Inadimplência; NAI = Número de Associados Institucionais; IDD = Idade da Cooperativa.

A partir dos resultados reportados na Tabela 7 é possível verificar que as cooperativas de crédito singulares apresentam valores negativos tanto para o ROA quanto para o ROE no menor valor encontrado. No entanto, é importante ressaltar que a média desses indicadores é

positiva. Um ROA e/ou ROE negativo indica que as cooperativas de crédito singulares podem estar enfrentando dificuldades em gerar lucro em relação aos ativos que possuem. Isso pode ser um sinal de ineficiência na alocação de recursos, baixa eficácia operacional ou mesmo perdas financeiras (Daniswara & Daryanto, 2019). É importante considerar que, embora a média dos indicadores seja positiva, a presença de um ROA negativo em algumas cooperativas sugere que uma parcela do capital investido em ativos não está gerando o retorno esperado ou está resultando em prejuízos.

A presença de um ROE negativo sugere que o retorno sobre o patrimônio líquido de algumas cooperativas de crédito singulares não está sendo suficiente para cobrir os investimentos realizados pelos acionistas. Isso pode indicar desafios financeiros específicos ou desempenho abaixo do esperado para essas cooperativas em relação à geração de lucro em comparação com seus investimentos (Daniswara & Daryanto, 2019).

Para fins de detalhar os dados de ROA e ROE, a Tabela 8 apresenta as médias distribuídas pelas regiões brasileiras.

Tabela 8
Médias de ROA e ROE por região demográfica

Região demográfica	Coop. Créd. Sing.	ROA	ROE
Norte	56	0,016406	0,079367
Nordeste	92	0,002492	0,036857
Centro-oeste	125	0,014175	0,077247
Sul	425	0,010716	0,075681
Sudeste	497	0,013913	0,049837

Os menores resultados de ROA e ROE são encontrados na região do Nordeste e os maiores no Norte, conforme apresentado na Tabela 8. Ainda, para auxiliar na análise dos índices de ROA e ROE, encontra-se nos Apêndice A e Apêndice B, a ilustração do mapa do Brasil com a distribuição da métrica por estado. É importante ressaltar que a região norte apresenta uma menor quantidade de cooperativas de crédito em comparação a outras regiões, a quantidade o que não exige, mas diminui a quantidade de outliers que podem influenciar ao realizar a média.

No que tange à participação das mulheres nos órgãos de governança, existem cooperativas de crédito singulares que não possuem nenhuma participação feminina, enquanto outras são compostas exclusivamente por mulheres (Tabela 7). Os números revelam que a participação de mulheres tem em média de 15% como membros do conselho de administração. Darmadi (2013), em sua amostra, observou uma média de participação de 12% de mulheres nos conselhos de administração. A participação de mulheres em conselhos de administração se comparado a outros cenários corporativos, demonstra-se superior aos reportados em outros estudos: G. da S. Lima e Serra (2021) registram uma participação de 9,3%. K. da S. Souza, et

al. (2022) apontaram uma porcentagem de 10,79%. Castro (2023) relata que a participação de mulheres no cargo tem atingido 10,85%. Apesar de melhorias ao longo dos anos, é possível arguir que a representatividade feminina nos conselhos de administração ainda permanece relativamente baixa em diferentes contextos organizacionais.

No âmbito dos conselhos fiscais, observou-se um progresso moderado na inclusão de mulheres, alcançando uma taxa de 23%. Em comparação, estudos prévios apontam uma média de participação feminina no conselho fiscal de aproximadamente 11% (Dal Magro et al., 2018) em organizações de capital aberto. Para a diretoria executiva das cooperativas de crédito singulares, a participação de mulheres foi de 21%. O mesmo ocorrido com as outras variáveis de participação feminina, a diretoria executiva observada neste estudo é superior aos encontrados na literatura, que apresentam 8% (Dal Magro et al., 2018) e 10% (Prudêncio et al., 2021). A média de mulheres ocupando a posição de CEO nessas cooperativas de crédito singulares é calculada em 20%, enquanto em estudos no âmbito de empresas privadas a média é de 11% (Dal Magro et al., 2018) e 16% (Licandro & Correa, 2022).

No âmbito das cooperativas de crédito singulares com base na literatura de outros ambientes, é possível afirmar que houve sim um crescimento na participação de mulheres nos órgãos de governança. Na Tabela 9 é apresentada a distribuição de mulheres por cada região demográfica do Brasil.

Tabela 9

Participação de mulheres por região demográfica

Região demográfica	PMCA	PMCF	PMDE
Norte	16,63%	29,50%	22,01%
Nordeste	15,96%	24,37%	16,02%
Centro-oeste	13,04%	18,62%	19,61%
Sul	15,78%	23,50%	21,14%
Sudeste	16,36%	22,08%	29,28%

Conforme os resultados apresentados na Tabela 9, é possível identificar que o índice mais elevado de representação feminina é observado no conselho fiscal da região norte, enquanto para a diretoria executiva, é no sudeste do Brasil, em ambos os casos se aproximando da marca de 30%. Nota-se uma tendência em que, independentemente da região geográfica, a presença de mulheres continua menor no conselho de administração em comparação com os outros cargos dos órgãos de governança.

Dentre as outras variáveis utilizadas no estudo, foi o tamanho do conselho de administração, onde identificou-se que o tamanho médio é de 08 membros. Conselhos com alto número de membros pode trazer desafios para essas cooperativas. De acordo com Holtz,

Vargas, Macedo e Bortolon (2013), não há um número considerado ideal, entretanto, à medida que o número de membros cresce, a eficiência tende a diminuir, impactando alguns aspectos, como: eficiência nas tomadas de decisão, comunicação, participação ativa, custos associados à manutenção do conselho e eficácia do monitoramento. Conforme indicado pelo IBGC (2015), recomenda-se um conselho de administração composto por 5 a 11 membros.

Quanto ao índice de endividamento total (END) das cooperativas de crédito singulares, a média foi de 0,758, isso indica que a maior parte dos recursos utilizados pelas cooperativas de crédito singulares é proveniente de dívidas em relação aos seus ativos totais. Ao analisar os resultados relacionados ao tamanho das cooperativas, a variável é avaliada com base no total do patrimônio líquido. Dentro do conjunto de cooperativas de crédito singulares que compõem a amostra deste estudo, observa-se que a média do patrimônio líquido é de aproximadamente R\$113.234,00. É válido ressaltar que os valores variam, com um mínimo registrado de R\$254,00 e um máximo de R\$2.270.000,00.

Outra variável utilizada é o Índice de Basileia, a qual é uma métrica financeira utilizada para avaliar a saúde financeira e a solidez das cooperativas de crédito. Os Acordos de Basileia estabelecem um valor mínimo para o Índice de Basileia, o qual as instituições financeiras devem cumprir. Este valor mínimo é conhecido como "requisito de capital regulatório" e costuma ser fixado em um determinado percentual. O Acordo de Basileia III, define um requisito mínimo de Índice de Basileia de 8% (Pinheiro et al., 2015). No contexto deste estudo, o menor Índice de Basileia apresentado foi de 8,72%, ultrapassando o requisito mínimo. Já o maior Índice de Basileia registrado foi de 191,8%. Um valor tão elevado sugere que a cooperativa de crédito em questão possui uma posição financeira robusta.

A variável de volume operacional de crédito (VOC) se refere ao montante total de empréstimos e financiamentos que a cooperativa concede aos seus cooperados. Entre as cooperativas da amostra, a variação do volume operacional de crédito apresenta uma média de 60,5%, ou seja, os créditos concedidos representam em torno de 60% dos ativos da cooperativa. Sinaliza-se um equilíbrio positivo, uma vez que a cooperativa de crédito consegue manter a concessão de crédito com a disponibilidade de recursos. Contudo, é válido sinalizar que o valor máximo encontrado foi de 101,8%. Ao contrário da situação anteriormente discutida, esse percentual denota que o montante total de empréstimos e financiamentos concedidos pelas cooperativas de crédito excede o valor total dos ativos da cooperativa.

Quanto a variável de Taxa de Inadimplência (TXI), é um indicador que mede a proporção de empréstimos ou financiamentos concedidos pela cooperativa que não estão sendo pagos pontualmente pelos tomadores de empréstimos. No presente estudo, a amostra possui em

média 4,59% de inadimplência. Algumas cooperativas de crédito registram valores inferiores a 1%, enquanto outras superam os 47% de inadimplência. Conforme abordado na literatura, a inadimplência ultrapassando o patamar de 10% pode acarretar desafios significativos para as cooperativas de crédito, podendo potencialmente afetar tanto suas receitas quanto os custos administrativos dessas organizações (R. E. Lima & Amaral, 2011).

A variável Número de Associados Institucionais (NAI) diz respeito à presença de pessoas jurídicas nas operações financeiras da cooperativa de crédito singular. Na amostra deste estudo, algumas cooperativas de crédito singulares não possuem associados institucionais, enquanto outras têm um número que chega a 84.175 associados institucionais.

Para apresentação da variável idade (IDD) das cooperativas de crédito é apresentada a Tabela 10. Na Tabela 10 também é possível verificar a participação das mulheres no conselho de administração, conselho fiscal e diretoria executiva com base na idade. A escala de intervalos dos anos desta tabela é baseada na Regra de Sturges.

Tabela 10

Participação de mulheres com base na idade das cooperativas de crédito brasileiras

INTERVALO	QTD COOP	PMCA	PMCF	PMDE
0 - 5	14	10,93%	20,21%	28,84%
6 - 11	30	20,15%	27,70%	29,63%
12 - 17	142	12,92%	21,46%	25,15%
18 - 23	261	15,26%	21,75%	24,39%
24 - 29	320	15,76%	19,68%	21,48%
30 - 35	209	12,82%	22,09%	18,39%
36 - 41	126	17,30%	25,59%	12,66%
42 - 47	28	32,39%	40,39%	22,22%
48 - 53	51	26,15%	35,36%	23,78%
54 - 59	32	14,56%	25,97%	15,20%
60 - 65	0	-	-	-
66 - 69	2	66,67%	40,00%	66,67%

Com base nos resultados expostos na Tabela 10 é possível observar como a presença feminina se distribui em diferentes faixas etárias, o que pode oferecer insights sobre a participação das mulheres nessas cooperativas de crédito singulares. A participação das mulheres em cooperativas de crédito singulares com intervalo de idade entre 66 e 69 anos em todos os órgãos de governança são os maiores índices encontrados, no entanto, possuem apenas duas cooperativas singulares neste intervalo, essa quantidade pode interferir na média, que em outros intervalos são diluídos no grupo de cooperativas que compõe. No intervalo de 42 a 47 anos também há uma participação significativa de mulheres, principalmente no conselho de

administração e conselho fiscal. Dentro dos intervalos de 0 a 5 e 6 a 11 anos, há uma influente participação de mulheres na diretoria executiva, aproximando-se de 30%.

É possível que cooperativas mais maduras, também tenham maior desenvolvimento de suas práticas de governança, como encontrado no estudo de Ariff et al. (2007). Esse vínculo sugere que à medida que as cooperativas amadurecem, sua compreensão e comprometimento com práticas eficazes de governança tendem a evoluir. Além disso, a maturidade de uma cooperativa também pode estar associada a um aumento na participação de mulheres, uma vez que, uma organização mais madura pode se permitir explorar diferentes oportunidades de colaboração (Adusei, 2019).

No intuito de apresentar a porcentagem de participação de mulheres por estado e por cargo no órgão de governança, foram adicionadas algumas ilustrações nos apêndices. No Apêndice C é possível visualizar a média de participação de mulheres que integram o conselho de administração por estado. No Apêndice D é possível visualizar a média de participação de mulheres que integram o conselho fiscal por estado. No Apêndice E é possível visualizar a média de participação de mulheres que integram a diretoria executiva por estado.

4.2 Efeito da participação das mulheres sobre o desempenho

A participação das mulheres já vem sendo discutida no meio acadêmico, bem como os seus impactos nas organizações. Assim, para compreender o efeito da participação das mulheres nos órgãos de governança no desempenho das cooperativas de crédito foram conduzidos alguns testes, dentre eles o teste de correlação de Pearson e os testes de regressão linear múltipla. Na Tabela 11 são apresentados os resultados da correlação de Pearson.

Tabela 11
Correlação de Pearson de todas as variáveis

	ROA	ROE	PMCA	PMCF	PMDE	GCEO	END
ROA	1						
ROE	0.726***	1					
PMCA	0.0332	-0.133***	1				
PMCF	0.0242	-0.110***	0.315***	1			
PMDE	0.0241	-0.0303	0.169***	0.155***	1		
GCEO	0.00580	-0.0185	0.151***	0.121***	0.637***	1	
END	-0.00720	0.0371	-0.0232	-0.0548*	-0.0422	-0.0716**	1
TAM	0.0757***	0.201***	-0.0791***	-0.0487	-0.144***	-0.164***	0.161***
BAS	0.290***	-0.172***	0.297***	0.239***	0.0927***	0.0404	-0.0878***
VOC	0.00630	-0.0330	0.0349	0.0385	0.0547*	0.0869***	0.0376
TXI	-0.257***	-0.251***	-0.0356	-0.0214	-0.0232	-0.0256	-0.0436
TAMCA	-0.0671**	0.0604**	-0.0679**	-0.0726**	-0.118***	-0.108***	0.100***
NAI	-0.000300	0.200***	-0.0761***	-0.0797***	-0.0852***	-0.129***	0.121***
IDD	0.159***	0.00680	0.0817***	0.0907***	-0.115***	-0.140***	0.0135

	TAM	BAS	VOC	TXI	TAMCA	NAI	IDD
TAM	1						
BAS	-0.181***	1					
VOC	0.0440**	-0.0769***	1				
TXI	0.000600	-0.0749***	-0.160***	1			
TAMCA	0.390***	-0.249***	0.0508*	-0.00780	1		
NAI	0.744***	-0.287***	0.0313	0.0504*	0.290***	1	
IDD	0.261***	0.328***	-0.0577**	-0.0794***	0.0579**	0.122***	1

Nota. Legenda: ROA = Return on Assets; ROE = Return on Equity; PMCA = Participação de Mulheres no Conselho de Administração; PMCF = Participação de Mulheres no Conselho Fiscal; PMDE = Participação de Mulheres na Diretoria Executiva; TAMCA = Tamanho do Conselho de Administração; MCA = Total de Mulher no Conselho de Administração; MCF = Total de Mulher no Conselho Fiscal; MDE = Total de Mulher na Diretoria Executiva; GCEO = Participação de Mulheres no Gênero como CEO; END = Endividamento Geral; TAM = Tamanho da Cooperativa de Crédito; BAS = Índice de Basileia; VOC = Volume de Operações de Crédito; TXI = Taxa de Inadimplência; NAI = Número de Associados Institucionais; IDD = Idade da Cooperativa. Níveis de Significância: * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

Os resultados da correlação demonstram que as variáveis ROA e ROE estão correlacionadas. Isso é natural, dado que ambas as variáveis possuem como foco avaliar a rentabilidade do negócio, enquanto uma foca na rentabilidade que a atividade gera a partir dos recursos disponíveis, a outra volta-se para a rentabilidade do capital investido.

A partir dos resultados é possível sinalizar ainda que existe uma correlação negativa entre a variável ROE e as variáveis que mensuram a participação das mulheres no conselho de administração e no conselho fiscal. Esse resultado indica que o aumento de mulheres nesse órgão está associado a um menor desempenho das cooperativas de crédito. Já o ROA não apresentou correlação significativa com as variáveis que caracterizam a participação das mulheres nos órgãos de governança.

Além da correlação negativa da participação de mulheres no conselho de administração com o ROE, a participação feminina traz correlação significativa e negativa com outras variáveis, tais como o tamanho da cooperativa, o endividamento, a taxa de inadimplência, o tamanho do conselho de administração e o número de associados institucionais. Em relação à participação feminina nos órgãos de governança, nota-se uma correlação negativa com o tamanho do conselho de administração. Isso sugere que à medida que o tamanho do conselho de administração aumenta, a probabilidade de haver presença de mulheres em cargos dos órgãos de governança diminui.

Quanto ao tamanho do conselho de administração, observa-se que ele apresenta correlação positiva com o ROE, em que quanto maior o tamanho do conselho de administração, maior será o retorno sobre o patrimônio da cooperativa. Os resultados são similares ao estudo de Mititean (2022), que abordou as características do conselho de administração sobre o desempenho financeiro de empresas. Também apresentam como resultados por correlação de

Pearson, que as mulheres no conselho de administração possuem correlação negativa significativa com o ROE, o que corrobora com o presente estudo.

Adicionalmente, a presença de mulheres em um órgão de governança revela uma correlação significativa com a participação feminina nos outros cargos dos órgãos de governança. Essa ligação estende-se inclusive à posição de CEO, onde o gênero do CEO possui correlação com os demais conselheiros de administração e fiscal. Essas correlações indicam que uma maior inclusão de mulheres em cargos de governança tem o potencial de influenciar positivamente um aumento na participação feminina em toda a estrutura do órgão de governança. Existem estudos que corroboram com estes resultados, onde quanto maior a quantidade de mulheres presentes nos cargos dos órgão de governança, maior a quantidade de mulheres presentes em cargos de liderança (Adusei et al., 2017).

Para verificar o efeito que a participação das mulheres no ROA das cooperativas de crédito, foram estimados os modelos equacionais por meio da regressão linear múltipla, e os resultados são reportados na Tabela 12.

Tabela 12
Resumo dos modelos estimados ROA

	(1) ROA	(2) ROA	(3) ROA
PMCA	0.00362 (0.00415)	-0.00690* (0.00393)	-0.00670* (0.00394)
PMCF	0.00142 (0.00322)	-0.00401 (0.00300)	-0.00413 (0.00301)
PMDE	0.00229 (0.00296)	0.00126 (0.00272)	0.00117 (0.00273)
GCEO	-0.00101 (0.00205)	0.000601 (0.00190)	0.000590 (0.00190)
END		-0.00000345 (0.00000737)	-0.00000305 (0.00000737)
TAM		1.80e-08*** (3.73e-09)	2.00e-08*** (5.81e-09)
BAS		0.0233*** (0.00213)	0.0221*** (0.00238)
VOC		-0.00169 (0.00401)	-0.00141 (0.00402)
TXI		-0.171*** (0.0195)	-0.171*** (0.0196)
TAMCA			-0.000423* (0.000230)
NAI			-5.27e-09 (0.000000149)
IDD			0.0000330 (0.0000623)
_cons	0.0129*** (0.00108)	0.0148*** (0.00298)	0.0174*** (0.00380)
Observações	1195	1195	1195
R2 Ajustado	-0.002	0.155	0.155
Estatística F	0.542	25.297	19.284

Nota. Legenda: ROA = Return on Assets; PMCA = Participação de Mulheres no Conselho de Administração; PMCF = Participação de Mulheres no Conselho Fiscal; PMDE = Participação de Mulheres na Diretoria Executiva; TAMCA = Tamanho do Conselho de Administração; MCA = Total de Mulher no Conselho de Administração; MCF = Total de Mulher no Conselho Fiscal; MDE = Total de Mulher na Diretoria Executiva; GCEO = Participação de Mulheres no Gênero como CEO; END = Endividamento Geral; TAM = Tamanho da Cooperativa de Crédito; BAS = Índice de Basileia; VOC = Volume de Operações de Crédito; TXI = Taxa de Inadimplência; NAI = Número de Associados Institucionais; IDD = Idade da Cooperativa. Desvio padrão entre parênteses. Níveis de Significância: * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

As estimações foram realizadas com a agregação de variáveis, conforme reporta-se na Tabela 12. Os resultados evidenciam que a participação das mulheres no conselho de administração apresentou coeficiente negativo e significativo nas estimações com as variáveis de controle. Ou seja, esse resultado indica que a participação de mulheres no conselho de administração diminui o ROA das cooperativas. Os resultados da pesquisa são similares aos de Darmadi (2013), o autor identificou que a participação feminina influencia negativamente o ROA das empresas financeiras e não-financeiras estudadas.

Os autores Low et al. (2015) explicam que a inserção das mulheres em cargos nos órgãos de governança apenas para atender aspectos de legislações e pressões sociais em meio a uma forte resistência cultural, pode influenciar negativamente o ROA da organização, em virtude que nesses cenários são desconsideradas as skills das mulheres. Os resultados negativos de desempenho das cooperativas de crédito singulares podem ter relação com a falta de liberdade para posicionamento das mulheres, pois, comumente as mulheres são alocadas na função de secretária dentro do conselho de administração (McKillop et al., 2003).

As variáveis que mensuraram a participação da mulher no conselho fiscal, como presidente e diretoria executiva, não se demonstraram significativa em relação ao ROA. Esse resultado sinaliza que não há evidência de que a participação da mulher nesses órgãos afete o ROA das cooperativas de crédito. A participação de mulheres na diretoria executiva, diferente do ocorrido no conselho de administração, não resultou significância com o ROA nos resultados desse estudo, no entanto, na literatura é possível encontrar que a participação de mulheres na diretoria executiva tem resultados significativos e negativos sobre o ROA (Dankwano & Hassan, 2018).

Quanto ao efeito que a participação das mulheres sobre o ROE das cooperativas de crédito foi igualmente estimada os modelos equacionais por meio da regressão linear múltipla, e os resultados são reportados na Tabela 13.

Tabela 13
Resumo dos modelos estimados ROE

	(1) ROE	(2) ROE	(3) ROE
PMCA	-0.0537*** (0.0150)	-0.0363** (0.0145)	-0.0371** (0.0145)
PMCF	-0.0291** (0.0116)	-0.0205* (0.0111)	-0.0200* (0.0110)
PMDE	-0.00219 (0.0107)	0.00255 (0.0100)	0.000198 (0.0100)
GCEO	0.00239 (0.00739)	0.00564 (0.00699)	0.00617 (0.00699)
END		-0.0000146 (0.0000271)	-0.0000126 (0.0000270)
TAM		8.83e-08*** (1.37e-08)	6.50e-08*** (2.13e-08)
BAS		-0.0366*** (0.00783)	-0.0344*** (0.00873)
VOC		-0.0504*** (0.0148)	-0.0497*** (0.0148)
TXI		-0.733*** (0.0717)	-0.746*** (0.0718)
TAMCA			-0.00147* (0.000845)
NAI			0.00000124** (0.000000547)
IDD			-0.0000500 (0.000229)
_cons	0.0892*** (0.00389)	0.149*** (0.0110)	0.160*** (0.0139)
Observações	1195	1195	1195
R2 Ajustado	0.020	0.141	0.145
Estatística F	6.952	22.693	17.817

Nota. Legenda: ROE = Return on Equity; PMCA = Participação de Mulheres no Conselho de Administração; PMCF = Participação de Mulheres no Conselho Fiscal; PMDE = Participação de Mulheres na Diretoria Executiva; TAMCA = Tamanho do Conselho de Administração; MCA = Total de Mulher no Conselho de Administração; MCF = Total de Mulher no Conselho Fiscal; MDE = Total de Mulher na Diretoria Executiva; GCEO = Participação de Mulheres no Gênero como CEO; END = Endividamento Geral; TAM = Tamanho da Cooperativa de Crédito; BAS = Índice de Basileia; VOC = Volume de Operações de Crédito; TXI = Taxa de Inadimplência; NAI = Número de Associados Institucionais; IDD = Idade da Cooperativa. Desvio padrão entre parênteses. Níveis de Significância: * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

O resultado da Tabela 13 evidencia que o número de mulheres no conselho de administração possui um efeito significativo e negativo sobre a variável ROE. Ou seja, quanto maior o número de mulheres no conselho de administração, menor tende a ser o desempenho da cooperativa medido pelo ROE. Nesse caso, a mensuração alternativa da participação de mulheres no conselho de administração permite manter os achados identificados anteriores, pois os resultados não se alteram.

Esses resultados corroboram com o estudo de Mohsni et al. (2021), em que os autores identificaram resultados significativos e negativos para a participação de mulheres no conselho de administração. No estudo, os autores utilizaram variáveis de controle similares ao desse estudo como: volume das vendas, tamanho da empresa, índice de dívida a longo prazo, e os

resultados permaneceram os mesmos após a adição das variáveis de controle. Outro estudo que corrobora com os resultados encontrados é o de Dias (2016). A autora realizou testes relacionados a participação de mulheres no conselho de administração sobre o ROE e os resultados foram significativos e com efeito negativo, mesmo mediante estimações alternativas para garantir a robustez dos resultados.

O conselho fiscal apresentou relação negativa entre a participação de mulheres sobre o ROE, mesmo com a inclusão das variáveis de controle. O conselho fiscal é um órgão que tem como objetivo fiscalizar as contas, desse modo, ele tem uma atuação ex post, estudos anteriores ao avaliar o efeito da participação de mulheres no conselho fiscal, não identificaram relação com o desempenho (Corrêa, 2022; Dal Magro et al., 2018). Além disso, ao estudar o efeito da participação feminina em cargos dos órgãos de governança e o desempenho não consideraram variáveis que referenciem o conselho fiscal (Dankwano & Hassan, 2018; Dias, 2016; Mohsni et al., 2021), tal fato pode ser em decorrência de que o ambiente estudado possui a estrutura de conselho one tier.

A participação de mulheres na diretoria executiva não gerou resultados significativos na amostra de cooperativas de crédito singulares brasileiras analisada. Na literatura, diferente do resultado obtido, a autora Corrêa (2022), ao abordar a mesma análise, entre a participação de mulheres e o ROE, encontrou que a partir de duas mulheres na diretoria executiva, os resultados seriam significantes e negativos. Resultados diferentes foram obtidos no estudo de Dankwano e Hassan (Dankwano & Hassan, 2018), que identificou um crescimento do ROE com o aumento da participação de mulheres na diretoria executiva.

A partir dos resultados obtidos, é possível sinalizar que no ambiente estudado, a participação das mulheres no conselho de administração possui um efeito negativo nas proxies de desempenho analisadas (ROA e ROE), enquanto no conselho fiscal, o efeito também é negativo, porém somente sobre o ROE. No entanto, cabe sinalizar que a participação das mulheres nos outros órgãos de governança não apresentou significância estatística. Ou seja, nesses outros órgãos (presidência e diretoria executiva) não é possível inferir influência das mulheres no desempenho das cooperativas de crédito.

A fim de verificar a robustez dos resultados obtidos foram realizados testes adicionais com mensurações das variáveis alternativas às utilizadas nas estimações iniciais. Os resultados são apresentados na seção seguinte.

4.4 Teste de Robustez

Seguindo a literatura precedente foram conduzidas estimativas alternativas para avaliar a robustez dos resultados. Primeiro foram realizadas estimações trocando a mensuração da participação pela proporção de mulheres nos órgãos, pelo número real de mulheres. Os resultados são reportados na Tabela 14 e Tabela 15.

Há estudos que realizam teste por meio da quantidade de mulheres presentes nos cargos dos órgãos de governança, tais como os estudos de Konrad, Kramer, & Erkut (2008) e Mohsni et al. (2021). Desse modo, novas estimações foram realizadas considerando a quantidade de mulheres ao invés da proporção de mulheres em cada órgão. Na Tabela 14 são sinalizados os resultados considerando o desempenho mensurado pelo ROA das cooperativas, e a quantidade de mulheres obtida pelo número real em cada órgão como independentes.

Tabela 14

Resumo dos modelos estimados ROA

	(1) ROA	(2) ROA	(3) ROA
MCA	-0.000530 (0.000519)	-0.00135*** (0.000482)	-0.00119** (0.000510)
MCF	0.000509 (0.000559)	-0.000558 (0.000523)	-0.000595 (0.000524)
MDE	0.00136 (0.00110)	0.00000628 (0.00102)	-0.0000199 (0.00103)
GCEO	-0.00113 (0.00198)	0.00119 (0.00184)	0.00119 (0.00186)
END		-0.00000325 (0.00000735)	-0.00000303 (0.00000736)
TAM		1.90e-08*** (3.73e-09)	1.95e-08*** (5.81e-09)
BAS		0.0232*** (0.00209)	0.0222*** (0.00237)
VOC		-0.00147 (0.00401)	-0.00131 (0.00402)
TXI		-0.170*** (0.0195)	-0.170*** (0.0196)
TAMCA			-0.000247 (0.000243)
NAI			6.80e-09 (0.000000149)
IDD			0.0000347 (0.0000623)
_cons	0.0136*** (0.00110)	0.0151*** (0.00297)	0.0162*** (0.00382)
Observações	1195	1195	1195
R2 Ajustado	-0.001	0.158	0.157
Estatística F	0.781	25.856	19.476

Nota. Legenda: ROA = Return on Assets; MCA = Total de Mulher no Conselho de Administração; MCF = Total de Mulher no Conselho Fiscal; MDE = Total de Mulher na Diretoria Executiva; GCEO = Participação de Mulheres no Gênero como CEO; END = Endividamento Geral; TAM = Tamanho da Cooperativa de Crédito; BAS = Índice de Basileia; VOC = Volume de Operações de Crédito; TXI = Taxa de Inadimplência; TAMCA = Tamanho do

Conselho de Administração; NAI = Número de Associados Institucionais; IDD = Idade da Cooperativa. Níveis de Significância: * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

A partir dos resultados da Tabela 14 é possível verificar que os resultados se mantêm em relação às estimações iniciais. Isso significa que, mais uma vez, foi constatado que a participação das mulheres tem um efeito negativo sobre o ROA. Essa tendência se reafirma nos dados analisados, corroborando a ideia de que a presença de mulheres no conselho de administração está associada a um impacto negativo no desempenho dos ativos da empresa.

Esses achados assemelham-se às descobertas de Mohsni et al. (2021), que conduziram testes de robustez semelhantes e também encontraram resultados significativos e negativos em relação ao número de mulheres que ocupam cargos no conselho de administração das empresas analisadas e o ROA.

Da mesma forma, foram realizadas novas estimações para verificar a robustez dos resultados em relação ao ROE, e os resultados são reportados na Tabela 15.

Tabela 15
Resumo dos modelos estimados ROE

	(1) ROE	(2) ROE	(3) ROE
MCA	-0.00637*** (0.00188)	-0.00609*** (0.00177)	-0.00583*** (0.00187)
MCF	-0.00504** (0.00202)	-0.00309 (0.00192)	-0.00303 (0.00192)
MDE	-0.00157 (0.00399)	0.00110 (0.00375)	-0.0000230 (0.00378)
GCEO	0.00176 (0.00716)	0.00550 (0.00679)	0.00641 (0.00681)
END		-0.0000142 (0.0000270)	-0.0000130 (0.0000270)
TAM		9.32e-08*** (1.37e-08)	6.35e-08*** (2.13e-08)
BAS		-0.0384*** (0.00769)	-0.0349*** (0.00870)
VOC		-0.0497*** (0.0147)	-0.0493*** (0.0147)
TXI		-0.730*** (0.0716)	-0.741*** (0.0718)
TAMCA			-0.000598 (0.000892)
NAI			0.00000127** (0.000000548)
IDD			-0.0000347 (0.000229)
_cons	0.0890*** (0.00399)	0.150*** (0.0109)	0.153*** (0.0140)
Observações	1195	1195	1195
R2 Ajustado	0.017	0.144	0.146
Estatística F	6.031	23.287	18.011

Nota. Legenda: ROE = Return on Equity; MCA = Total de Mulher no Conselho de Administração; MCF = Total de Mulher no Conselho Fiscal; MDE = Total de Mulher na Diretoria Executiva; GCEO = Participação de Mulheres no Gênero como CEO; END = Endividamento Geral; TAM = Tamanho da Cooperativa de Crédito; BAS = Índice

de Basileia; VOC = Volume de Operações de Crédito; TXI = Taxa de Inadimplência; TAMCA = Tamanho do Conselho de Administração; NAI = Número de Associados Institucionais; IDD = Idade da Cooperativa. Níveis de Significância: * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

Da mesma forma que foi feito com o ROA, realizou-se a análise da variável ROE, substituindo a variável que mensurava a participação pela proporção de mulheres nos órgãos pelo número efetivo. Em relação à presença de mulheres no conselho de administração, os resultados se reproduziram no teste de robustez, mantendo-se significativos e negativos. Isso indica que a participação feminina possui um impacto adverso sobre a variável ROE. Em outras palavras, à medida que o número de mulheres no conselho de administração aumenta, o desempenho medido pelo ROE tende a diminuir para a cooperativa. Nesse cenário, permite sustentar os resultados iniciais obtidos, uma vez que os resultados permanecem consistentes.

Cabe ressaltar que a presença de mulheres no conselho fiscal mostrou-se significativa e com um efeito negativo somente na estimativa com a variável independente ROE. No entanto, quando as variáveis de controle foram incorporadas, essa relação perdeu sua significância. Como resultado, não se pode afirmar que a quantidade de mulheres no conselho fiscal tem um impacto no desempenho da cooperativa de crédito singular. Os resultados obtidos para o conselho fiscal e a diretoria executiva apresentam semelhanças com os estudos conduzidos por Corrêa (2022).

Para finalizar os testes de robustez do presente estudo, foi criada uma variável dummy, a DMCA3, que é 1 para cooperativas de crédito singulares com 3 ou mais mulheres no conselho de administração e 0 para o contrário. Essa variável foi criada com base nos estudos de Konrad et al. (2008) e Torchia et al. (2011), aos quais argumentam que os efeitos da participação de mulheres no conselho de administração se tornam positivos, apenas quando há representatividade acima de 3 mulheres no órgão, abaixo disso, elas não possuem representatividade nas decisões do conselho. Semelhante a operacionalização utilizada, a autora Corrêa (2022) utiliza de variáveis dummy a fim de analisar a significância de mulheres nos cargos dos órgãos de governança, por meio de dummy, que caracteriza uma escala de 1, 2 e 3 mulheres no conselho.

Na Tabela 16 são apresentados os resultados dos modelos estimados considerando a presença de 3 ou mais mulheres no conselho de administração.

Tabela 16
Resumo dos modelos estimados ROA e ROE

	(1) ROA	(2) ROE
DMCA3	-0.00491*** (0.00174)	-0.0248*** (0.00639)
GCEO	0.000814 (0.00149)	0.00469 (0.00547)
END	-0.00000216 (0.00000735)	-0.00000854 (0.0000270)
TAM	1.95e-08*** (5.80e-09)	6.33e-08*** (2.13e-08)
BAS	0.0215*** (0.00230)	-0.0382*** (0.00843)
VOC	-0.00142 (0.00401)	-0.0499*** (0.0147)
TXI	-0.172*** (0.0195)	-0.747*** (0.0717)
TAMCA	-0.000283 (0.000236)	-0.000751 (0.000865)
NAI	3.98e-09 (0.00000148)	0.00000126** (0.000000544)
IDD	0.0000296 (0.0000621)	-0.0000601 (0.000228)
_cons	0.0155*** (0.00379)	0.149*** (0.0139)
Observações	1195	1195
R2 Ajustado	0.158	0.147
Estatística F	23.367	21.652

Nota. Legenda: ROA = Return on Assets; ROE = Return on Equity; DMCA3 = Três ou mais Mulheres no Conselho de Administração; GCEO = Participação de Mulheres no Gênero como CEO; END = Endividamento Geral; TAM = Tamanho da Cooperativa de Crédito; BAS = Índice de Basileia; VOC = Volume de Operações de Crédito; TXI = Taxa de Inadimplência; TAMCA = Tamanho do Conselho de Administração; NAI = Número de Associados Institucionais; IDD = Idade da Cooperativa. Níveis de Significância: * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

Estudos, como o de Dankwano e Hassan (2018), apontam que a participação das mulheres no conselho de administração só se torna significativa para o ROE quando ultrapassa 10% de representação. No teste de robustez apresentado na Tabela 16, observa-se a inclusão de pelo menos três mulheres no conselho de administração. Considerando que na amostra do estudo o conselho de administração conta com no máximo 23 membros, a presença de 3 mulheres em conselhos de administração maiores já excede a marca de 10% sugerida pelo autor. Contudo, os resultados obtidos contrariam as expectativas propostas por Dankwano e Hassan (2018).

Além disso, a análise realizada por meio de regressão linear múltipla com a nova variável DMCA3 em relação ao ROA e ROE reafirmou as conclusões obtidas nos testes de hipótese do estudo e nos testes de robustez anteriores. Ficou evidente que a presença de três ou mais mulheres nos conselhos de administração das cooperativas de crédito singulares está associada a resultados significativos e negativos. Contrariando os resultados de Konrad et al. (2008) e Torchia et al. (2011), e corroborando com os estudos de Dankwano e Hassan (2018).

Os resultados obtidos por meio dos testes de robustez permitem inferir que no ambiente das cooperativas de crédito singulares brasileiras a participação de mulheres nos órgãos de governança apresenta um efeito negativo sobre o desempenho mensurado pelo ROA e ROE. De modo a concluir essa dissertação, são apresentadas na próxima seção as considerações finais do estudo, com as respectivas implicações práticas, teóricas, sociais, suas limitações e sugestões de pesquisas futuras.

5. Considerações Finais

A presença de mulheres na gestão das organizações já vem sendo estudada, sendo os resultados contraditórios, a depender dos ambientes regulatórios em que elas estão inseridas, e as próprias características de mercados e culturais as quais elas estão expostas. Nesse cenário, observa-se que as cooperativas de crédito, ainda são pouco exploradas, e nesse aspecto esse estudo teve como foco analisar a presença de mulheres nos órgãos de governança nas cooperativas de crédito singulares brasileiras e os efeitos sobre o desempenho dessas organizações. Essa abordagem procurou preencher uma lacuna na literatura e fornecer insights relevantes sobre a participação de mulheres em conselhos de administração, conselhos fiscais e diretoria executiva e desempenho nas cooperativas de crédito singulares.

No que tange ao primeiro objetivo específico, o qual visava mensurar os indicadores de desempenho das cooperativas de crédito singulares brasileiras, em que foram apurados o ROA e o ROE. Os resultados apresentam que a região norte possui os melhores indicadores de desempenho, isso pode se dar ao fato de que é a região com menos cooperativas em atuação e, por isso, não haver tantas variações que possam impactar diretamente no ROA e ROE. A média do indicador de desempenho ROA é de 1,41% enquanto do indicador de desempenho ROE identificado foi de 7,42%.

O segundo objetivo específico deste estudo era caracterizar a participação feminina nos órgãos de governança. Os dados revelam que, em média, as mulheres ocupam aproximadamente 15,5% das cadeiras nos conselhos de administração, 23,0% nos conselhos fiscais e 21,4% na diretoria executiva das cooperativas de crédito singulares. Além disso, a presença de mulheres na posição de CEO nessas cooperativas é registrada em torno de 20,2%. Essa análise sugere um aumento na representatividade feminina em comparação a estudos anteriores, o que está alinhado com a base teórica. Esse crescimento indica um movimento em direção a uma maior equidade entre homens e mulheres nas posições de alta liderança. A evolução na representação feminina nos cargos dos órgãos de governança pode ser resultado de diversos fatores, como pressões sociais, legislações, esforços para mitigar conflitos de agência por meio da participação mútua de homens e mulheres e, sobretudo, a crescente atenção dada ao tema, que ganhou espaço crescente no cenário acadêmico.

O último objetivo específico deste estudo visava identificar a relação da participação das mulheres nos órgãos de governança com os indicadores de desempenho das cooperativas de crédito singulares. Além disso, esse objetivo teve como propósito de abordar as hipóteses do estudo, que exploram a relação entre as variáveis de participação feminina e os indicadores de

desempenho. Em síntese, esse objetivo visa compreender como a presença das mulheres nos órgãos de governança se relaciona com o desempenho das cooperativas de crédito singulares. Para atender a esse objetivo foram conduzidos testes estatísticos de correlação de Pearson e regressão linear múltipla. Os resultados dessas análises indicam que a presença de mulheres nos órgãos de governança está associada a correlações significativas com os indicadores de desempenho das cooperativas analisadas. A correlação encontrada revela que a participação das mulheres nos conselhos de administração e conselhos fiscais possui uma relação negativa com os resultados dos indicadores. Isso sugere que, com base nos dados, a presença feminina nesses órgãos está associada a relação negativa com o desempenho das cooperativas de crédito singulares.

Os resultados obtidos neste estudo contribuem com a primeira hipótese, que sugere uma relação entre a participação das mulheres nos órgãos de governança com o ROA, estes resultados possuem efeito negativo. Em outras palavras, à medida que a proporção de mulheres no conselho de administração aumenta dentro do contexto das cooperativas de crédito singulares, observa-se uma tendência de diminuição do ROA nas cooperativas em que essas mulheres estão presentes. Essa descoberta é consistente com estudos mencionados na base teórica, que analisaram diferentes cenários e, também corroboram esse resultado, embora haja outros estudos que apresentem resultados contraditórios.

O mesmo ocorre com a segunda hipótese, em que os resultados contribuem por existir uma relação significativa entre a participação das mulheres no conselho de administração e o ROE das cooperativas de crédito, da mesma forma, a significância dos resultados tem efeito negativo. Em relação ao ROE, os resultados na literatura também são ambíguos e se divergem, variando entre significância de efeito positivo, negativo e sem significância. No âmbito das cooperativas de crédito, estudos que encontraram resultados contrários a este realizaram análise com outras variáveis, como a variável de crescimento das receitas (F. M. Ramos, 2020) ou a variável de custos de financiamento (Mia et al., 2022).

Além dos testes conduzidos para analisar a influência da participação das mulheres no conselho de administração sobre o desempenho, medido pelo ROA e ROE, nas cooperativas de crédito singulares, foram também implementados testes de robustez. Dessa forma, procurou-se confirmar a consistência das conclusões em diferentes abordagens metodológicas e garantir a confiabilidade dos achados.

Os resultados complementares dos testes revelaram que a participação de mulheres no conselho fiscal possui significância, também negativa, sobre o ROE, porém, ao adicionar variáveis de controle a significância é diminuída ou perdida. No caso da diretoria executiva,

nenhum dos testes apresentou resultados que sustentassem significância estatística da participação feminina nesse órgão. Além disso, considerando os testes conduzidos neste estudo, a presença de mulheres no cargo de CEO também não revelou significância estatística em relação às variáveis dependentes analisadas. Essa constatação implica que, com base nos resultados obtidos, não se sustenta uma relação direta e significativa da presença feminina nos cargos do conselho fiscal, diretoria executiva ou especificamente como CEO com o desempenho das cooperativas de crédito singulares.

As descobertas deste estudo têm implicações práticas importantes para as cooperativas de crédito singulares e outras organizações que buscam promover a participação feminina em seus órgãos de governança. A constatação de que a participação das mulheres nos conselhos de administração e conselhos fiscais está relacionada a um impacto negativo nos indicadores de desempenho (ROA e ROE) sugere a necessidade de uma abordagem cautelosa nas políticas de composição desses órgãos.

Esses resultados também têm implicações teóricas relevantes, uma vez que inserem nuances ao debate sobre o papel das mulheres na governança cooperativa. A importância da governança reside, em parte, na sua capacidade de mitigar conflitos de agência. Esses conflitos surgem quando os interesses dos cooperados (principal) e os interesses dos órgãos de governança (agentes) não estão alinhados, resultando em possíveis decisões que priorizam os interesses dos agentes em detrimento dos principais. Ter membros nos órgãos de governança que possam trazer resultados positivos é crucial para evitar tais problemas de agência. Embora estudos anteriores tenham indicado resultados mistos à relação entre a participação feminina e o desempenho organizacional, este estudo contribui para essa discussão ao focar nas cooperativas de crédito singulares. Isso pode levar a uma revisão e aprofundamento das teorias que abordam a dinâmica de gênero em diferentes contextos e setores.

No âmbito social, os resultados deste estudo podem influenciar as políticas e práticas que buscam promover a equidade entre homens e mulheres em cargos dos órgãos de governança. Considerar a cultura organizacional é essencial, visto que uma abordagem inclusiva requer dar a liberdade aos membros dos órgãos de governança da organização e a promoção de um ambiente que valorize e utilize plenamente das habilidades de seus membros. Além disso, essa discussão levanta a importante questão do tokenismo, onde a inclusão de mulheres no conselho de administração pode ser meramente simbólica, como colocar uma mulher para ocupar a posição de secretária, sem um real poder de influência nas decisões. Nesse sentido, as conclusões deste estudo podem servir como um alerta para a importância de garantir que a participação das mulheres seja efetiva.

As limitações para realização do estudo foram principalmente em decorrência da disponibilidade de informações, sendo em sua maioria descentralizadas, necessitando buscar em diversas fontes a mesma informação. Como por exemplo, a composição dos membros dos órgãos de governança, essa informação é possível ser encontrada na página do Banco Central do Brasil, no entanto, caso ela não esteja disponível é necessário acessar as páginas da cooperativa de crédito, suas mídias e/ou contatar diretamente por e-mail ou ligação. A inexistência de uma base de dados disponível com a informação das cooperativas de crédito em relação a aspectos de governança acabou limitando a utilização de algumas variáveis que estudos anteriores já sinalizaram como relevantes ao avaliar desempenho.

Outra limitação é a de não possuir acesso fácil às atas das reuniões do conselho de administração ou da assembleia geral das cooperativas de crédito, assim como é possível com organizações de capital aberto por meio da CVM. Esse fato impossibilitou a adição de uma variável que pudesse apurar os membros efetivos nas decisões das cooperativas, dando maior precisão aos resultados do estudo.

Nessa dissertação, a investigação se concentrou na influência da participação feminina nos órgãos de governança sobre os indicadores de desempenho (ROA e ROE) das cooperativas de crédito singulares. Para estudos futuros, sugere-se uma abordagem qualitativa, que possa aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais envolvidas. Ainda, novas pesquisas podem explorar os fatores latentes que diferenciam a atuação de homens e mulheres nesse contexto, considerando aspectos como tomada de decisão, liderança e colaboração. Um estudo detalhado do perfil das mulheres envolvidas nos órgãos de governança pode oferecer insights sobre as características individuais, experiências e abordagens que levam aos resultados significativos, sejam eles positivos ou negativos. Outra possibilidade para pesquisas complementares é explorar como efetivamente integrar a participação feminina nos órgãos de governança, a fim de criar sinergias entre representatividade e eficiência financeira.

REFERÊNCIAS

- Abdullah, H., & Valentine, B. (2009). Fundamental and Ethics Theories of Corporate Governance. *Middle Eastern Finance and Economics*, 1(4), 88–96. Recuperado de <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=886dc63d287375c54f5143225243a5edecddb59>
- Abreu, D., Paula, V. De, Artes, R., Ayres, F., Maria, A., & Fonseca, A. (2019). Estimating credit and profit scoring of a Brazilian credit union with logistic regression and machine-learning techniques, *RAUSP Management Journal*, 54(3), 321–336. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rmj/a/MQSN9HPXDqpRdm7QTswnxm/?lang=en>. doi.org/10.1108/RAUSP-03-2018-0003
- Adams, R. B., & Ferreira, D. (2009). Women in the boardroom and their impact on governance and performance. *Journal of Financial Economics*, 94(2), 291–309. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304405X09001421>. doi.org/10.1016/j.jfineco.2008.10.007
- Adams, R. B., & Funk, P. (2012). Beyond the glass ceiling: Does gender matter? *Management Science*, 58(2), 219–235. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/41406385?typeAccessWorkflow=login>. doi.org/10.1287/mnsc.1110.1452
- Adusei, M. (2019). Board gender diversity and the technical efficiency of microfinance institutions: Does size matter? *International Review of Economics and Finance*, 64, 393–411. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1059056017308675#:~:text=The%20robustness%20of%20this%20finding,to%20positively%20drive%20technical%20efficiency>. doi.org/10.1016/j.iref.2019.07.008
- Adusei, M., Akomea, S. Y., & Poku, K. (2017). Board and management gender diversity and financial performance of microfinance institutions. *Cogent Business and Management*, 4(1). Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23311975.2017.1360030>. doi.org/10.1080/23311975.2017.1360030
- Akerlof, G. A. (1970). The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, 84(3), 488. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/1879431?typeAccessWorkflow=login>. doi.org/10.2307/1879431

- Al-Zyoud, H., & Ordonez-Ponce, E. (2022). COVID-19 and credit unions: CSR approaches to navigating the pandemic. *Business and Society Review*, 127(S1), 171–192. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9111486/>. doi.org/10.1111/basr.12267
- Ali, S., Fei, G., Ali, Z., & Hussain, F. (2021). Corporate governance and firm performance: evidence from listed firms of Pakistan. *Journal on Innovation and Sustainability RISUS*, 12(1), 170–187. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/51290>. doi.org/10.23925/2179-3565.2021v12i1p170-187
- Almeida, R. S. de, Klotzle, M. C., & Pinto, A. C. F. (2013). Composição do Conselho de Administração no setor de Energia Elétrica do Brasil. *Revista de Administração Da Unimep*, 11(1), 156–180. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/9964/composicao-do-conselho-de-administracao-no-seto--->
- Projeto de lei dos Deputados n. 785 de 2021*. Dispõe sobre a criação de cotas obrigatórias de participação de mulheres em conselhos de administração de companhias abertas, de empresas estatais e de sociedades de economia mista e dá outras providências. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2273356>
- Arayakarnkul, P., Chatjuthamard, P., & Treepongkaruna, S. (2022). Corporate governance, board connections and remuneration. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 29(4), 795–808. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/csr.2234>. doi.org/10.1002/csr.2234
- Ariff, A. M., Ibrahim, M. K., & Othman, R. (2007). Determinants of firm level governance: Malaysian evidence. *Corporate Governance*, 7(5), 562–573. Recuperado de <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14720700710827158/full/html>. doi.org/10.1108/14720700710827158
- Arrow, K. J. (1985). The Economics of Agency. In J. W. Pratt & R. J. Zeckhauser (Eds.), *Principals and Agents: The Structure of Business* (1st ed., pp. 37–54). Boston: Harvard Business School Press.
- Atif, M., Liu, B., & Huang, A. (2019). Does board gender diversity affect corporate cash holdings? *Journal of Business Finance and Accounting*, 46(7–8), 1003–1029. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jbfa.12397#:~:text=We%20document%20a%20significantly%20negative,directors%20consistent%20with%20monitoring%20fu>

- nction. doi.org/10.1111/jbfa.12397
- Azmy, A., Febriansyah, I., & Munir, A. (2019). The Effect of Financial Performance Ratios on Conventional Bank Profitability in Indonesia Stock Exchange. *Ekulibrium : Jurnal Ilmiah Bidang Ilmu Ekonomi*, 14(2), 84. Recuperado de <https://journal.umpo.ac.id/index.php/ekulibrium/article/view/1568>. doi.org/10.24269/ekulibrium.v14i2.1568
- BACEN, B. C. do B. (2021). *Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*. Brasília - DF, Brasil. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama?ano=2021>
- Baker, C. R., & Hayes, R. (2004). Reflecting form over substance: the case of Enron Corp. *Critical Perspectives on Accounting*, 15, 767–785. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235404000097>. doi.org/10.1016/j.cpa.2002.08.001
- Barreto, P. A. de Q., & Cunha, G. H. de M. (2022). Reflexos do cooperativismo financeiro no desenvolvimento regional: estudo de caso do Sicoob UniCentro Br. *Brazilian Journal of Development*, 8(5), 40754–40778. Recuperado de <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/48539>. doi.org/10.34117/bjdv8n5-520
- BCB, B. C. do B. (2008). *Governança Cooperativa: Diretrizes para boas práticas de Governança em Cooperativas de Crédito*. Brasília: Banco Central do Brasil. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/gov_coop/DiretrizesVersaoCompleta.pdf
- BCB, B. C. do B. (2022). *Relatório de Economia Bancária 2022*. Brasília - DF, Brasil. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2022p.pdf>
- Berle, A. A., & Means, G. C. (1932). *The Modern Corporation and Private Property* (1st ed.). New York: The Macmilan Company.
- Bittencourt, W. R., Bressan, V. G. F., Goulart, C. P., Bressan, A. A., Costa, D. R. de M., & Lamounier, W. M. (2017). Rentabilidade em Bancos Múltiplos e Cooperativas de Crédito Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 21, 22–40. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rac/a/S7JVZW86kqd5znpMpyF5Dg/?format=pdf&lang=pt>. doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150349 Rentabilidade
- Boyd, K. S. (2008). *Encyclopedia of race, ethnicity, and society*. California: SAGE

Publications, Inc.

- Bueno, G., Nascimento, K., Lana, J., Gama, M. A. B., & Marcon, R. (2018). Mecanismos Externos de Governança Corporativa no Brasil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(1), 120–141. Recuperado de https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/mecanismos_externos_de_governanca_corporativa_no_brasil.pdf. doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a7
- Caldeira, C. (2020). Ex-dirigentes da Sicoob Unimais Bandeirante são acusados de enriquecimento ilícito. Recuperado de <https://tododia.com.br/cidades/ex-dirigentes-da-sicoob-unimais-bandeirante-sao-acusados-de-enriquecimento-ilicito/>
- Canabarro, J. R. dos S., & Salvagni, J. (2015). Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. *Revista de Gestão e Secretariado*, 6(2), 88–110. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/38917/mulheres-lideres-as-desigualdades-de-genero--c--->. doi.org/10.7769/gesec.v6i2.347
- Cappelle, M. C. A., Melo, M. C. de O. L. de, & Brito, M. J. M. (2002, novembro). Relações de Gênero e de Poder: Repensando o Masculino e o Feminino nas Organizações. *Anais do Encontro Nacional Da ANPAD*, Salvador, BA, Brasil, 5. Recuperado de https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento_edicao=79
- Carmo, C. R. S., & Lima, A. D. de. (2018). Métodos Quantitativos e Pesquisa Contábil: Um estudo de caso relacionado a pequenas amostras de dados. *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 5(1), 92–109. Recuperado de <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/1025/761>
- Carvalho, C. A., & Ribeiro, E. M. S. (2019). Shareholding interest in companies listed on B3 in 2018: A study of networks. *Brazilian Business Review*, 16(5), 519–536. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/bbr/a/vrqx3CJxkxJTRLKcF8rS98D/?lang=en>. doi.org/10.15728/bbr.2019.16.5.6
- Castro, H. R. R. de. (2023). *Diversidade de Gênero nos Conselhos de Administração de Empresas do Brasil: Uma análise setorial* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Ouro Preto, MG, Brasil. Recuperado de <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5417>
- Catalyst. (2020). Women on Corporate Boards: Quick Take. Recuperado de <https://www.catalyst.org/research/women-on-corporate-boards>
- Cechinel, A., Fontana, S. A. P., Giustina, K. P. Della, Pereira, A. S., & Prado, S. S. do. (2016). Estudo/Análise Documental: Uma Revisão Teórica E Metodológica. *Criar Educação*, 5(1), 1–7. Recuperado de

- <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2446>.
doi.org/10.18616/ce.v5i1.2446
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & Silva, R. da. (2007). *Metodologia Científica* (6th ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Chen, H. L. (2011). Does board independence influence the top management team? evidence from strategic decisions toward internationalization. *Corporate Governance: An International Review*, 19(4), 334–350. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8683.2011.00850.x>.
doi.org/10.1111/j.1467-8683.2011.00850.x
- Christensen, J., Kent, P., & Stewart, J. (2010). Corporate Governance and Company Performance in Australia. *Australian Accounting Review*, 20(4), 372–386. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1835-2561.2010.00108.x>.
doi.org/10.1111/j.1835-2561.2010.00108.x
- Cicchello, A. F., Cotugno, M., Monferrà, S., & Perdichizzi, S. (2022). Which are the factors influencing green bonds issuance? Evidence from the European bonds market. *Finance Research Letters*, 50. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1544612322003968#:~:text=As%20discussed%20in%20detail%20below,of%20issuing%20a%20green%20bond>.
doi.org/10.1016/j.frl.2022.103190
- Ciftci, I., Tatoglu, E., Wood, G., Demirbag, M., & Zaim, S. (2019). Corporate governance and firm performance in emerging markets: Evidence from Turkey. *International Business Review*, 28(1), 90–103. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0969593117307230>.
doi.org/10.1016/j.ibusrev.2018.08.004
- Coase, R. H. (1937). The Nature of the Firm. *Economica*, 4(16), 386–405. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>.
doi.org/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x
- Corrêa, L. da S. (2022). *Mulheres em Cargos de Alta Liderança e a Performance de empresas no Brasil (2010 a 2020)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de <https://btdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2968#preview-link0>
- Costa, I. da, Ferreira, D. D. M., & Dalcerro, K. (2022). Mulheres no conselho de administração: Qual o risco? *Congresso USP de Iniciação Científica Em Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 19. Recuperado de

- <https://congressosp.fipecafi.org/CONGRESSO USP2022/Detalhe/3953>
- Costa, L., Sampaio, J. de O., & Flores, E. S. (2019). Diversidade de Gênero nos Conselhos Administrativos e sua Relação com Desempenho e Risco Financeiro nas Empresas Familiares. *Revista de Administração Contemporânea*, 23(6), 721–738. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rac/a/xFq6N7D848HWbTFDBwKnrxy/abstract/?lang=pt>. doi.org/10.1590/1982-7849rac2019180327
- Cotrim, L. R., Teixeira, M. O., & Proni, M. W. (2020). Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. *Texto para Discussão (Instituto de Economia)*, 383, 1-29. Recuperado de <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD383.pdf>
- Crespo, A. A. (2020). Distribuição de Frequência. *Estatística* (20th ed.). São Paulo: Saraiva Educação.
- Crête, R. (2016). The Volkswagen Scandal from the Viewpoint of Corporate Governance. *European Journal of Risk Regulation*, 7(1), 25–31. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/24769992?typeAccessWorkflow=login>. doi.org/10.1017/S1867299X0000533X
- Dal Magro, C. B., Carpes, A. D., Vergini, D., & Silva, M. Z. (2018). Glass ceiling em cargos de board e seu impacto no desempenho organizacional. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(34), 158–180. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2018v15n34p158>. doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n34p158
- Daleaste, J., Favretto, J., & Bernardy, R. J. (2020). Competitiveness factors of Cargo Transport Cooperatives in the west of Santa Catarina state. *Revista Gestão Da Produção Operações e Sistemas*, 15(1), 273–299. Recuperado de <https://www.proquest.com/openview/57e0e86cdc47f90c85eab4a51646d4ab/1.pdf?pq-origsite=gscholar&cbl=2034372>. doi.org/10.15675/gepros.v15i1.2328
- Dani, Andreia Carpes, Picolo, J. D., & Klann, R. C. (2019). Gender influence, social responsibility and governance in performance. *RAUSP Management Journal*, 54(2), 154–177. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rmj/a/MnWvfv9nVTpS5rKtvrWCQpc/?lang=en>. doi.org/10.1108/RAUSP-07-2018-0041
- Dani, Andréia Carpes, Santos, C. A. dos, Kaveski, I. D. S., Cunha, P. R. da, & Leite, A. P. P. (2017). Características do Conselho de Administração e o Desempenho Empresarial das Empresas Listadas no Novo Mercado. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(1), 29–47. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/44347/caracteristicas-do>

- conselho-de-administracao-e---. doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v7n1p29-47
- Daniswara, H. P., & Daryanto, W. M. (2019). Earning Per Share (EPS), Price Book Value (PBV), Return on Asset (ROA), Return on Equity (ROE), and Indeks Harga Saham Gabungan (IHSG) Effect on Stock Return. *South East Asia Journal of Contemporary Business, Economics and Law*, 20(1), 11–27. Recuperado de https://seajbel.com/wp-content/uploads/2020/01/SEAJBEL-20_18.pdf
- Dankwano, R., & Hassan, Z. (2018). Impact of Gender Diversity on Indian Firm's Financial Performance. *International Journal of Management, Accounting and Economics*, 5(5), 319–341. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3219683
- Darmadi, S. (2013). Do women in top management affect firm performance? Evidence from Indonesia. *Corporate Governance (Bingley)*, 13(3), 288–304. Recuperado de <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/CG-12-2010-0096/full/html>. doi.org/10.1108/CG-12-2010-0096
- De Jesus, L. H., Brizolla, M. M. B., Filipin, R., Soschinski, C. K., & Salla, N. M. G. (2023). Controles internos como um instrumento de governança corporativa em uma cooperativa de crédito. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 16(1), 73–91. Recuperado de <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/334>. doi.org/10.55905/revconv.16n.1-007
- De Jesus, S. M., & Alberton, L. (2007). O Processo de Implementação da Governança Corporativa nas Empresas de Capital Aberto: Um Estudo com Ênfase na Auditoria. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 4(8), 67–84. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/viewFile/5049/4643>
- Detthamrong, U., Chancharat, N., & Vithessonthi, C. (2017). Corporate governance, capital structure and firm performance: Evidence from Thailand. *Research in International Business and Finance*, 42(June), 689–709. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0275531916303324>. doi.org/10.1016/j.ribaf.2017.07.011
- Dias, S. A. C. (2016). *O impacto do tamanho e da diversidade de características das equipas de Gestão de Topo no Desempenho Financeiro: O caso das empresas cotadas na Euronext Lisbon* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Recuperado de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/32475?locale=pt>
- Diniz, S. (2005). Interações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial. *Revista de Ciências Sociais - DADOS*, 48(1), 333–369. Recuperado de

- <https://www.scielo.br/j/dados/a/SymzMggnK9R8pQLcMvB7jFC/?format=pdf&lang=pt>
DiSalvo, J., & Johnston, R. (2017). Credit Unions' Expanding Footprint. *Economic Insights*, 17–25. Recuperado de <https://www.philadelphiafed.org/the-economy/banking-and-financial-markets/banking-trends-credit-unions-expanding-footprint>
- Farias, F. R., Martins, K. M., Costa, L. V., & Vilela, N. (2021). Inovações Tecnológicas Nas Cooperativas De Crédito: Uma Investigação Do Atendimento Mobile Em Uma Cooperativa De Crédito Da Cidade De Guanhães-MG. *Revista Eletrônica Do Alto Vale Do Itajaí*, 10(16), 102–124. Recuperado de <https://revistas.udesc.br/index.php/reavi/article/view/19360>.
doi.org/10.5965/2316419010152021102
- Fávero, P. L., & Belfiore, P. (2017). *Manual de Análise de Dados* (1st ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fernandes, V. (2022). Os 15 melhores bancos do Brasil em 2022: Nubank lidera pela quarta vez. Recuperado de <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/04/15-melhores-bancos-do-brasil-em-2022-segundo-a-forbes/>
- Foguel, M. N., & Russo, F. M. (2019). *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (25th ed.). Distrito Federal: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Forte, H. C., Silva, L. K. S., & Abreu, M. C. S. de. (2021). Efeito da Estrutura do Conselho de Administração na Evidenciação de Práticas Ambientais e Sociais em Empresas Brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 16(1), 119. Recuperado de <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/8740>.
doi.org/10.4270/ruc.2020106
- Franzese, C. (2010). *Federalismo Cooperativo no Brasil: da constituição de 1988 aos sistemas de políticas públicas* (Tese de Doutorado). Fundação Getúlio Vargas - FGV, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8219>
- Freitas Neto, R. M. de. (2019). *Ensaio sobre a atuação do conselho de administração em companhias listadas no novo mercado da B3* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, RN, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27567>
- Frizon, N. N., Frizon, J. A., & Bedin, M. (2020). Governança Corporativa em Cooperativas de Crédito na ótica de conselheiros Administrativos das cooperativas filiadas à Central CRESOL BASER. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 8(36), 129–144. Recuperado de <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2158>
- Fuzinato, N. M., Cassol, F. E., Batista, C., & Bernardy, R. J. (2019). Os impactos do

- cooperativismo de produção no desenvolvimento de pequenos municípios. *Gestão e Sociedade*, 13(35), 2901–2929. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/53258/os-impactos-do-cooperativismo-de-producao-no-desenvolvimento-de-pequenos-municipios>. doi.org/10.21171/ges.v13i35.2551
- Gangi, F., Salerno, D., Meles, A., & Daniele, L. M. (2019). Do corporate social responsibility and corporate governance influence intellectual capital efficiency? *Sustainability (Switzerland)*, 11(7), 1–25. Recuperado de <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/7/1899>. doi.org/10.3390/su11071899
- Gillan, S. L. (2006). Recent Developments in Corporate Governance: An Overview. *Journal of Corporate Finance*, 12(3), 381–402. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0929119905001021>. doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2005.11.002
- Grade, M. S., & Basso, D. (2019). O Cooperativista enquanto Instituição para o Enfrentamento à Desigualdade de Gênero no Meio Rural. *Revista Orbis Latina*, 9(1), 157–171. Recuperado de <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1537>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica* (5th ed.). São Paulo: AMGH Editora Ltda.
- Harmantzis, F. C. (2004). Inside the Telecom Crash: Bankruptcies, Fallacies and Scandals - a Closer Look at the WorldCom Case. *SSRN Electronic Journal*. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=575881
- Haveroth, J., Ganz, A. C. S., Bilk, Â., & Silva, M. Z. (2019). Relação entre Locus de Controle e resiliência de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 13(1). Recuperado de <https://www.repec.org.br/repec/article/view/1845>. doi.org/10.17524/repec.v13i1.1845
- Holtz, L., Vargas, L. H. F., Macedo, M. A. da S., & Bortolon, P. M. (2013). Análise do tamanho do conselho de administração: evidências no mercado brasileiro. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 6(3), 321–347. Recuperado de <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/download/141/93/399>. doi.org/10.14392/asaa.2013060303
- IBGC. (2015). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa* (5th ed.). São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- Iqbal, S., Nawaz, A., & Ehsan, S. (2019). Financial performance and corporate governance in microfinance: Evidence from Asia. *Journal of Asian Economics*, 60, 1–13. Recuperado de

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1049007817301616>.

doi.org/10.1016/j.asieco.2018.10.002

- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics* 1, 3, 305–360. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304405X7690026X>. [doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jiang, F., & Kim, K. A. (2020). Corporate governance in China: A survey. *Review of Finance*, 24(4), 733–772. Recuperado de <https://academic.oup.com/rof/article/24/4/733/5824805>. doi.org/10.1093/ROF/RFAA012.
- Kaveski, I. D. S., Ferreira, N. C., & Freitas, A. S. de. (2020). Fixed: Mulheres Executivas Na Gestão Das Empresas Do Novo Mercado. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 12(2), 122–135. Recuperado de <https://engemausp.submissao.com.br/22/arquivos/587.pdf>. doi.org/10.5380/rcc.v11i1.5409
- Khan, A. W., & Abdul Subhan, Q. (2019). Impact of board diversity and audit on firm performance. *Cogent Business and Management*, 6(1). Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23311975.2019.1611719>. doi.org/10.1080/23311975.2019.1611719
- Khemakhem, H., Maalej, M., & Fontaine, R. (2022). Inside the black box: How can gender diversity make a difference in the boardroom? *Equality, Diversity and Inclusion*, 41(6), 889–906. Recuperado de <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/EDI-07-2021-0178/full/html>. [doi.org/https://doi.org/10.1108/EDI-07-2021-0178](https://doi.org/10.1108/EDI-07-2021-0178)
- Khosla, I. (2021). Gender differences in perceptions about glass ceiling and affective commitment in the banking sector. *International Journal of Applied Research*, 7(8), 398–405. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Irene-Khosla-2/publication/354293860_Gender_differences_in_perceptions_about_glass_ceiling_and_affective_commitment_in_the_banking_sector/links/612fc3a4c69a4e487972deb5/Gender-differences-in-perceptions-about-glass-ceiling-and-affective-commitment-in-the-banking-sector.pdf
- Konrad, A. M., Kramer, V., & Erkut, S. (2008). Critical Mass: The Impact of Three or More Women on Corporate Boards. *Organizational Dynamics*, 37(2), 145–164. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/256923992_Critical_Mass_The_Impact_of_Three_or_More_Women_on_Corporate_Boards. doi.org/10.1016/j.orgdyn.2008.02.005
- Koprowski, S., Krein, V., Mazzioni, S., & Dal Magro, C. B. (2021). Corporate Governance and Political Connections in Anti-corruption practices. *Journal of Business Management*,

- 61(2), 1–14. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rae/a/9xNfh3SfjrXzCZDXdTzSKc/?lang=en>.
doi.org/10.1590/S0034-759020210202
- Kreuzberg, F., & Vicente, E. F. R. (2021). As características do Conselho de Administração mudam conforme os estágios do ciclo de vida da empresa? *Revista Universo Contábil*, 17(1), 109–129. Recuperado de <https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/9276>.
doi.org/10.4270/ruc.2021106
- Kumkit, T., Gan, C., Anh, D. L. T., & Hu, B. (2022). Enhancing governance practice for better performance of credit union cooperatives in Thailand. *International Social Science Journal*, 72(245), 597–612. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/issj.12366>. doi.org/10.1111/issj.12366
- Lamberte, M., & Manlagñit, M. C. V. (2009). The Impact of Women Members and Employees on the Severity of Agency Conflicts in Philippine Cooperative Credit Unions. *Canadian Journal of Development Studies*, 29(1–2), 183–214. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02255189.2009.9669253>.
doi.org/10.1080/02255189.2009.9669253
- Lay, L. A., Gonçalves, M., & Da Cunha, P. R. (2017). Relação entre gênero no conselho de administração e no comitê de auditoria com o audit delay. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(33), 118–139. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2017v14n33p118#:~:text=Os%20resultados%20evidenciaram%20que%20a,divulg%20a%20C3%A7%C3%A3o%20do%20relat%C3%B3rio%20do%20auditor>.
doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n33p118
- Lazzaretti, K., Piekas, A. A. S., & Julkovski, D. J. (2019). Características dos Conselhos de Administração e Desempenho das Firms Brasileiras de Capital Aberto. *Revista Gestão Organizacional*, 12(3), 54–71. Recuperado de <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5197>.
doi.org/10.22277/rgo.v12i3.5197
- Lee, K. H., Cin, B. C., & Lee, E. Y. (2014). Environmental Responsibility and Firm Performance: The Application of an Environmental, Social and Governance Model. *Business Strategy and the Environment*, 25(1), 40–53. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/bse.1855>. doi.org/10.1002/bse.1855
- Lei Complementar n. 130 de 17 de Abril de 2009*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito

Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm

Lei Complementar n. 196. de 24 de Agosto de 2022. Altera a Lei Complementar n. 130, de 17 de abril de 2009 (Lei do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo), para incluir as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito entre as instituições integrantes do Sistema Nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp196.htm

Lei n. 5.764, de 16 de Dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.764%2C%20DE%2016,cooperativas%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.

Licandro, O. D., & Correa, P. (2022). Relación entre el género del director ejecutivo y la aplicación de la responsabilidad social empresarial. *Estudios Gerenciales*, 38(164), 264–278. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-59232022000300264#:~:text=Se%20encontr%C3%B3%20que%2C%20en%20general,d el%20uso%20del%20voluntariado%20corporativo.
doi.org/10.18046/j.estger.2022.164.4996

Lima, G. da S., & Serra, R. G. (2021, julho). Mulheres em Cargo de Decisão e o Endividamento das Empresas Brasileiras. *21º USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, 21. Recuperado de <https://congress USP.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3156.pdf>

Lima, R. E., & Amaral, H. F. (2011). Inadimplência nas cooperativas de crédito de livre admissão. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(12), 72–89. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34795/162240>.
doi.org/10.11606/rco.v5i12.34795

Low, D. C. M., Roberts, H., & Whiting, R. H. (2015). Board gender diversity and firm performance: Empirical evidence from Hong Kong, South Korea, Malaysia and Singapore. *Pacific Basin Finance Journal*, 35, 381–401. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0927538X15000311>.
doi.org/10.1016/j.pacfin.2015.02.008

Maia, S. C., de Benedicto, G. C., do Prado, J. W., Robb, D. A., de Almeida Bispo, O. N., & de Brito, M. J. (2019). Mapping the literature on credit unions: a bibliometric investigation

- grounded in Scopus and Web of Science. *Scientometrics*, 120, 929–960. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-019-03165-1>. doi.org/10.1007/s11192-019-03165-1
- Martins, V. S., Bressan, V. G. F., Francisco, J. R. de S., & Caires, N. A. (2023). Influência da Presença Feminina no Conselho de Administração sobre a Performance das Empresas Listadas na B3. *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 10(2), 19–36. Recuperado de <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/2666>
- McKillop, D. G., Briscoe, R., McCarthy, O., Ward, M., & Ferguson, C. (2003). Irish credit unions: Exploring the gender mix. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 14(3), 339–358. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1025670704720>. doi.org/10.1023/A:1025670704720
- Medeiros, Â. (2022). Por furtar cotas, gerente de cooperativa de crédito é condenada a 24 anos de reclusão. Recuperado de <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/por-furtar-cotas-gerente-de-cooperativa-de-credito-e-condenada-a-24-anos-de-reclusao>
- Mia, M. A., Hossain, T., Nesa, Z., Saifullah, M. K., Akter, R., & Hossain, M. I. (2022). The impact of board gender diversity on the financing costs of microfinance institutions: a global evidence. *Journal of Financial Reporting and Accounting*. Recuperado de <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JFRA-04-2022-0125/full/html>. doi.org/10.1108/JFRA-04-2022-0125
- Mititean, P. (2022). The Impact of Corporate Governance Characteristics on Companies' Financial Performance: Evidence From Romania. *Economic Annals*, 67(233), 113–133. Recuperado de <https://ideas.repec.org/a/beo/journal/v67y2022i233p113-134.html>. doi.org/10.2298/EKA2233113M
- Mohsni, S., Otchere, I., & Shahriar, S. (2021). Board gender diversity, firm performance and risk-taking in developing countries: The moderating effect of culture. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, 73, 101360. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1042443121000792>. doi.org/10.1016/j.intfin.2021.101360
- Monici, M. G., & de Jesus Barros Costa, A. (2019). A importância da implementação do Comitê de Auditoria para organizações sociais: O caso de uma organização social vinculada ao Governo Federal. Recuperado de <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/3505>.

doi.org/10.30681/ruc.v8i16.3505

- Munaretto, L. F. (2013). *Avaliação do Desempenho Organizacional em Cooperativas de Eletrificação: Um estudo sobre o uso de indicadores de desempenho* (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-31072013-134323/pt-br.php>
- Nadeem, M., Bahadar, S., Gull, A. A., & Iqbal, U. (2020). Are women eco-friendly? Board gender diversity and environmental innovation. *Business Strategy and the Environment*, 29(8), 3146–3161. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/bse.2563>. doi.org/10.1002/bse.2563
- Namorado, R. (2007). Cooperativismo - História E Horizontes. *Oficina Do Ces*, (278), 1–23. Recuperado de <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2007;1000855921>.
- Nisiyama, E. K., & Nakamura, W. T. (2018). Diversidade do Conselho de Administração e a Estrutura de Capital. *Revista de Administração de Empresas*, 58(6), 551–563. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rae/a/khm9KbhLsFGJgVvQfmG8StK/>. doi.org/10.1590/s0034-759020180604
- Nogueira, T. B. B. P., Carneiro, C. J., Prochnow, D. A., Brizolla, M. M. B., & Thesing, N. J. (2022). Governança em uma cooperativa de créditos à luz da teoria da agência e do manual de boas práticas de governança. *COLÓQUIO - Revista Do Desenvolvimento Regional*, 19(3, jul./set.), 182–196. Recuperado de <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2267>. doi.org/10.26767/2267
- Nogueira, T. B. B. P., Kasper, L., Valandro, R. R., Thesing, N. J., Sausen, J. O., & Büttgenbender, P. L. (2022). Atuação dos agentes de governança em uma cooperativa de crédito à luz do guia das melhores práticas do IBGC. *III SLAEDR*. On-line. Recuperado de <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/22896>
- OCB. (2022). *Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022*. Recuperado de <https://anuario.coop.br/>
- OCB. (2023a). História do Cooperativismo. Recuperado de <https://www.somoscooperativismo-ac.coop.br/historia-do-sistema-ocb-ac/#:~:text=Em%202%20de%20dezembro%20de,fortalecendo%20os%20interesses%20do%20setor.>
- OCB. (2023b). O que é cooperativismo. Recuperado de <https://www.somoscooperativismo->

- ac.coop.br/o-sistema-ocb/
- OCB, O. das C. B. (2023c). Como funciona uma cooperativa. Recuperado de <https://www.somoscooperativismo-ac.coop.br/o-sistema-ocb/>
- Oliveira, J. L. De, Paiva, T. da S., & Batista, T. C. F. (2022). Gestão Feminina: Diferenciais do Perfil de Liderança da Mulher. *Journal of Technology & Information*, 2(1). Recuperado de <http://www.jtni.com.br/index.php/JTnI/article/view/13>.
- Oliveira, R. de, Ensslin, S. R., & Flach, L. (2020). Quem Cooperava Cresce: O Uso de Sistemas de Avaliação de Desempenho em Cooperativas de Crédito. *Revista FSA*, 17(4), 71–91. Recuperado de <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1995/491492211>.
doi.org/10.12819/2020.17.4.5
- Ongore, V. O., & Kusa, G. B. (2013). International journal of economics and financial issues. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 3(1), 237–252. Recuperado de
- Pereira, P. do C. V. (2018). *A Influência da Diversidade de Género dos Conselhos de Administração e do Género do CEO nos Resultados das Empresas: Caso da Europa* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, PT. Recuperado de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/84450>
- Perryman, A. A., Fernando, G. D., & Tripathy, A. (2016). Do gender differences persist? An examination of gender diversity on firm performance, risk, and executive compensation. *Journal of Business Research*, 69(2), 579–586. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296315002143>.
doi.org/10.1016/j.jbusres.2015.05.013
- Pinheiro, F. A. P., Savoia, J. R. F., & Securato, J. R. (2015). Basel III: Impact on banks in Brazil. *Revista Contabilidade e Finanças*, 26(69), 345–361. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rcf/a/p8kfnVmvhM3C5449RkssCyc/?lang=en&format=pdf>.
doi.org/10.1590/1808-057x201500720
- Prudêncio, P., Forte, H., Crisóstomo, V., & Vasconcelos, A. (2021). Efeito da Diversidade do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na Responsabilidade Social Corporativa. *BBR. Brazilian Business Review*, 18, 118–139. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/bbr/a/P9td5kvNc6TYZkNxXSbpjpw/abstract/?lang=pt>.
doi.org/10.15728/bbr.2021.18.2.1
- Ramos, A. F., Peixoto, A. G., Ferreira, J. Â. D., & Rodrigues, N. F. (2020). Governança Corporativa no Terceiro Setor: Estudo de Caso na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Governador Valadares. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, 15(1),

- 207–225. Recuperado de <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3090>
- Ramos, F. M. (2020). *Efeito das Conexões Sociais entre os CEOs e os Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal sobre o Gerenciamento de Resultados* (Tese de Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9160#:~:text=Os%20resultados%20dos%20testes%20econom%C3%A9tricos,n%C3%A3o%20foi%20detectado%20nenhum%20efeito>
- Redação. (2023). Melhores bancos do mundo: Sofisa lidera lista no Brasil em 2023. Recuperado de <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/04/melhores-bancos-do-mundo-sofisa-lidera-lista-no-brasil-em-2023/>
- Resolução n. 4.434, de 05 de Agosto de 2015. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4434>
- Rjiba, H., & Thavaharan, T. (2022). Female representation on boards and carbon emissions: International evidence. *Finance Research Letters*, 49. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1544612322003002>. doi.org/10.1016/j.frl.2022.103079
- Ross, C. H., Padilha, A. C. M., & Sartoretto, C. R. (2023). O papel dos recursos na estratégia de expansão de uma cooperativa de crédito. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(1), 1–19. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/resr/a/wzyT3mMRYvjCynMjG69hqtP/>. doi.org/https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.265977
- Santos, Á. G. dos. (2020). *Internalização e Disseminação das Práticas de Governança em Cooperativas de Crédito Mineiras* (Dissertação de Mestrado). Universidade da FUMEC, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.fumec.br/xmlui/handle/123456789/857>
- Santos, R. R. dos, Callado, A. L. C., & Santos, J. F. dos. (2020). Folga Organizacional, Rentabilidade e Características de Cooperativas de Crédito Nordestinas. *Revista Ciências Administrativas*, 26(2). Recuperado de <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/e8143>.

- doi.org/10.5020/2318-0722.2020.26.2.8143
- Santos, V. da S., Oliveria, S. N. de, Silva, V. G. da, & Reis, C. Q. (2021). Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3: uma análise da rentabilidade das empresas. *Brazilian Journal of Development*, 7(5), 44354–44375. Recuperado de <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/29231>. doi.org/10.34117/bjdv7n5-046
- Scheidt, G. B., Stefano, S. R., & Kos, S. R. (2019). Desempenho da Sustentabilidade em uma Cooperativa de Crédito: Uma Proposta de Análise na Visão dos Gestores. *Revista de Administração IMED*, 9(1), 71. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54005/desempenho-da-sustentabilidade-em-uma-cooperativa-de-credito--uma-proposta-de-analise-na-visao-dos-gestores->. doi.org/10.18256/2237-7956.2019.v9i1.3248
- Schiffgen, W. (1979). The Raiffeisen Movement for Agricultural Cooperation in West Germany. *Agricultural Administration*, 6(4), 245–251. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0309586X79900013>. doi.org/https://doi.org/10.1016/0309-586X(79)90001-3
- Schotten, P. C., de Sousa Pereira, L., & Morais, D. C. (2022). Credit granting sorting model for financial organizations. *Financial Innovation*, 8(1). Recuperado de <https://jfin-swufe.springeropen.com/articles/10.1186/s40854-021-00315-4>. doi.org/10.1186/s40854-021-00315-4
- Shin, Y. Z., Chang, J. Y., Jeon, K., & Kim, H. (2020). Female directors on the board and investment efficiency: evidence from Korea. *Asian Business and Management* 19, 438–479. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1057/s41291-019-00066-2>. doi.org/10.1057/s41291-019-00066-2
- Silva, D. J. M., & Silva, M. A. da. (2018). Mulheres Na Contabilidade: Os Estereótipos Socialmente Construídos Sobre a Contadora. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(1), 071–091. Recuperado de <https://doi.org/10.14392/asaa.2018110104>
- Silva, C. da, Silva, C. T. da, Mucci, D. M., & Beck, F. (2021). Exploring the interdependence between gainsharing and performance evaluation in a credit union. *Revista Contabilidade e Finanças*, 32(87), 398–412. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rcf/a/thYyKNyN6KRypfzR9DWLGZL/>. doi.org/10.1590/1808-057X202112270
- Silva, E. C. da, & Gomes, S. R. F. R. (2022). Diferencial Competitivo das Cooperativas de Crédito. *Revicoop*, 3(1). Recuperado de

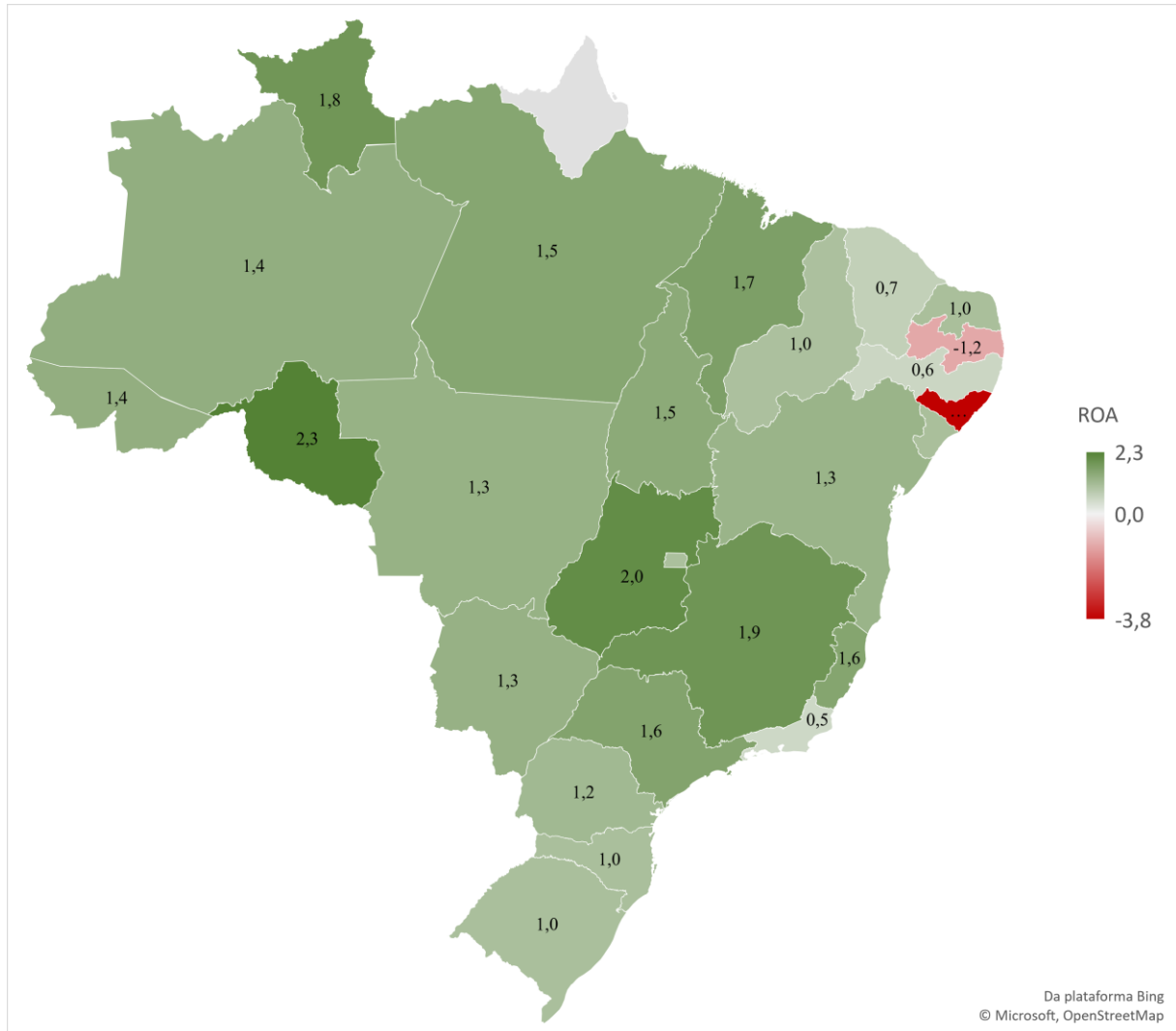
- <https://revicoop.emnuvens.com.br/revicoop/article/download/38/17>.
- Silva, S. M. C. da. (2016). *Tetos de vitrais: gênero e raça na contabilidade no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03082016-111152/pt-br.php>
- Silva, T. da. (2018). *Cooperativas de Crédito e sua Relação com o Crescimento e Desenvolvimento Econômico Brasileiro* (Trabalho de Conclusão). Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Chapecó, SC, Brasil. Recuperado de <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2792>
- Silva Júnior, C. P. da, & Martins, O. S. (2017). Mulheres no Conselho Afetam o Desempenho Financeiro? Uma Análise da Representação Feminina nas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1), 62–76. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13398>.
doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i1.13398
- Silveira, A. D. M. da. (2002). *Governança Corporativa, Desempenho e Valor da Empresa no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04122002-102056/pt-br.php>
- Silveira, D. F. da, & dos Anjos, F. S. (2022). Cooperativismo e Inclusão Social: O caso dos mercados institucionais no sul do Brasil. *Desenvolvimento Regional Em Debate*, 12, 91–109. Recuperado de <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3547>.
doi.org/10.24302/drd.v12.3547
- Soares, M. M., & Melo, A. D. de. (2008). *Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito* (2nd ed.). Brasília: Banco Central do Brasil.
- Soschinski, C. K., Haussmann, D. C. S., Peyerl, D. A., & Klann, R. C. (2021). Influência da cultura nacional na relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados. *Revista de Contabilidade Financeira*, 32(86), 207–223. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/186518>.
doi.org/10.1590/1808-057x202110510
- Sousa, H. A. de, Passos, G. D. A., Dallagnol, E. C., Duarte Junior, J. C., & Costa, M. C. (2021). Os Princípios da Governança Corporativa: O Enfoque Dado pelas Empresas Listadas na B3. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 13(1), 50–71. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/rcc>. <https://doi.org/10.5380/rcc.v13i1.75295>
- Souto, L. da C. C., & Martins, O. S. (2020, julho). Relação das práticas de governança

- cooperativa com o desempenho das cooperativas de crédito no Brasil. *XX USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, 20. Recuperado de <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2238.pdf>
- Souza, G. H. D., Bressan, V. G. F., & Carrieri, A. de P. (2022). Cooperativas de crédito como negócios de impacto: o caso da Sicoob Credichapada. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(50), 36–59. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/78951>. doi.org/10.5007/2175-8069.2022.e78951
- Souza, G. H. D., Bressan, V. G. F., Carrieri, A. de P., & Gonçalves, C. M. (2023). Avaliação de Desempenho em Cooperativas Financeiras: Comparativo Entre Diferentes Sistemas. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 15(1), 120–148. Recuperado de <https://web.s.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=19846266&AN=164718582&h=BX8DUi9LSc556OSG2OxxKM6t6JR0YGHK8w0U0znSKp6aaA760CFoPW6MMddMw9A86qevP1pIYGSwAN%2ffdzCoKQ%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=log%20in.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d19846266%26AN%3d164718582>. doi.org/10.5380/rcc.v15i1.85586
- Souza, K. (2023). Governança: a raiz dos males da Americanas será tratada como acessório até quando? Recuperado de <https://exame.com/exame-in/governanca-a-raiz-dos-males-da-americanas-sera-tratada-como-acessorio-ate-quando/>
- Souza, K. da S., Nascimento, Í. C. S. do, Silva, S. L. P., & Costa, W. P. L. B. Da. (2022). Participação Feminina No Conselho De Administração E Desempenho Econômico: Análise Em Empresas Listadas Na B3. *Revista Omnia Sapientiae*, 1(3), 18–36. Recuperado de <https://revistas.catholicadorn.com.br/omnia/article/view/32>. doi.org/10.29327/240437.1.3-2
- Swedberg, R. (2015). The structure of confidence and the collapse of Lehman Brothers. In *Markets on Trial: The Economic Sociology of the U.S. Financial Crisis: Part A* (1st ed., pp. 71–114). On-line: Emerald Insight. Recuperado de [https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/S0733-558X\(2010\)000030A007/full/html](https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/S0733-558X(2010)000030A007/full/html). doi.org/10.1108/S0733-558X(2010)000030A007
- Teodósio, J., Madaleno, M., & Vieira, E. (2022). Corporate governance effects on market volatility: Empirical evidence from Portuguese listed firms. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 24(1), 159–174. Recuperado de <https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/view/4156>.

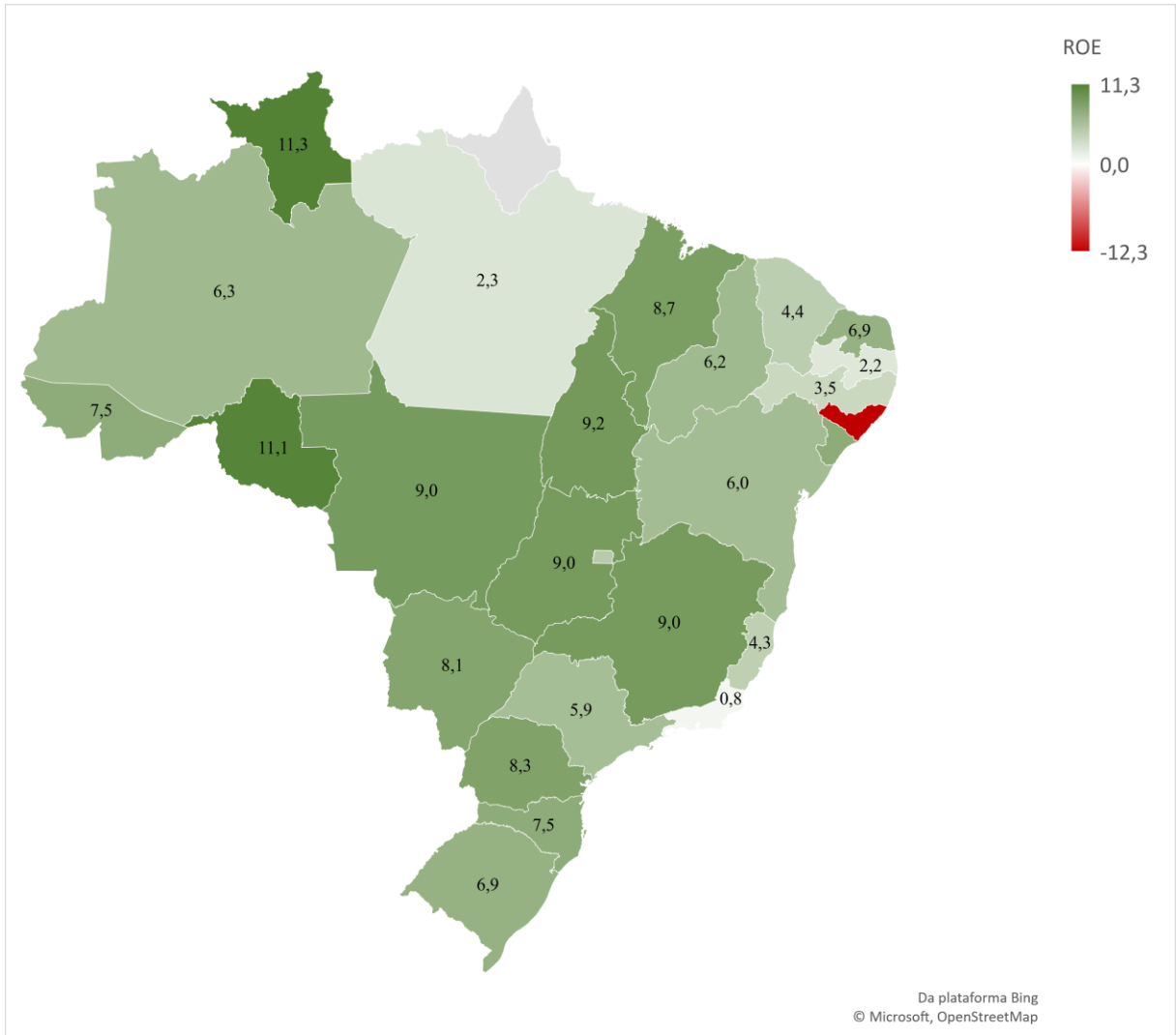
- doi.org/https://doi.org/10.7819/rbgn.v24i1.4156
- Torchia, M., Calabrò, A., & Huse, M. (2011). Women Directors on Corporate Boards: From Tokenism to Critical Mass. *Journal of Business Ethics*, 102(2), 299–317. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-011-0815-z>. doi.org/10.1007/s10551-011-0815-z
- Torchia, M., Calabrò, A., Huse, M., & Brogi, M. (2010). Critical mass theory and women directors' contribution to board strategic tasks. *Corporate Board: Role, Duties and Composition*, 6(3), 42–51. Recuperado de https://www.virtusinterpress.org/IMG/pdf/10-22495_cbv6i3art4.pdf. doi.org/10.22495/cbv6i3art4
- Trento, F. F., & Lachovicz-Neto, P. (2022, setembro). Diversidade de gênero e tomada de decisão em Conselhos de Administração. *XLVI Encontro Da ANPAD*. On-line, Brasil, 47. Recuperado de <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/009a5510ad149a8e0c750cb62e255175.pdf>
- Tres, N., Mazzioni, S., & Baú Dal Magro, C. (2022). Sensibilidade da Sustentabilidade ao Cooperativismo e a Governança Corporativa. *Contabilidade Gestão e Governança*, 25(2), 142–158. Recuperado de <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/2705>. doi.org/10.51341/cgg.v25i2.2705
- Trindade, L. Z., & Bialoskorski Neto, S. (2012). Uma análise da separação entre a propriedade e a gestão nas cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(16), 95–118. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/52669/146358>. doi.org/10.11606/rco.v6i16.52669
- Ujunwa, A. (2012). Board characteristics and the financial performance of Nigerian quoted firms. *Corporate Governance (Bingley)*, 12(5), 656–674. Recuperado de <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14720701211275587/full/html>. doi.org/10.1108/14720701211275587
- Unda, L. A. (2015). Board of directors characteristics and credit union financial performance: A pitch. *Accounting and Finance*, 55(2), 353–360. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/acfi.12114>. doi.org/10.1111/acfi.12114
- Vedana, R., Garcias, M. de O., Shikida, P. F. A., & Arends-Kuenning, M. P. (2022). O Cooperativismo Na Dinâmica Econômica E Social Da Agropecuária Brasileira. In G. R. dos Santos & R. P. da Silva (Eds.), *Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil* (1a ed., pp. 375–400). Rio de Janeiro: Instituto de

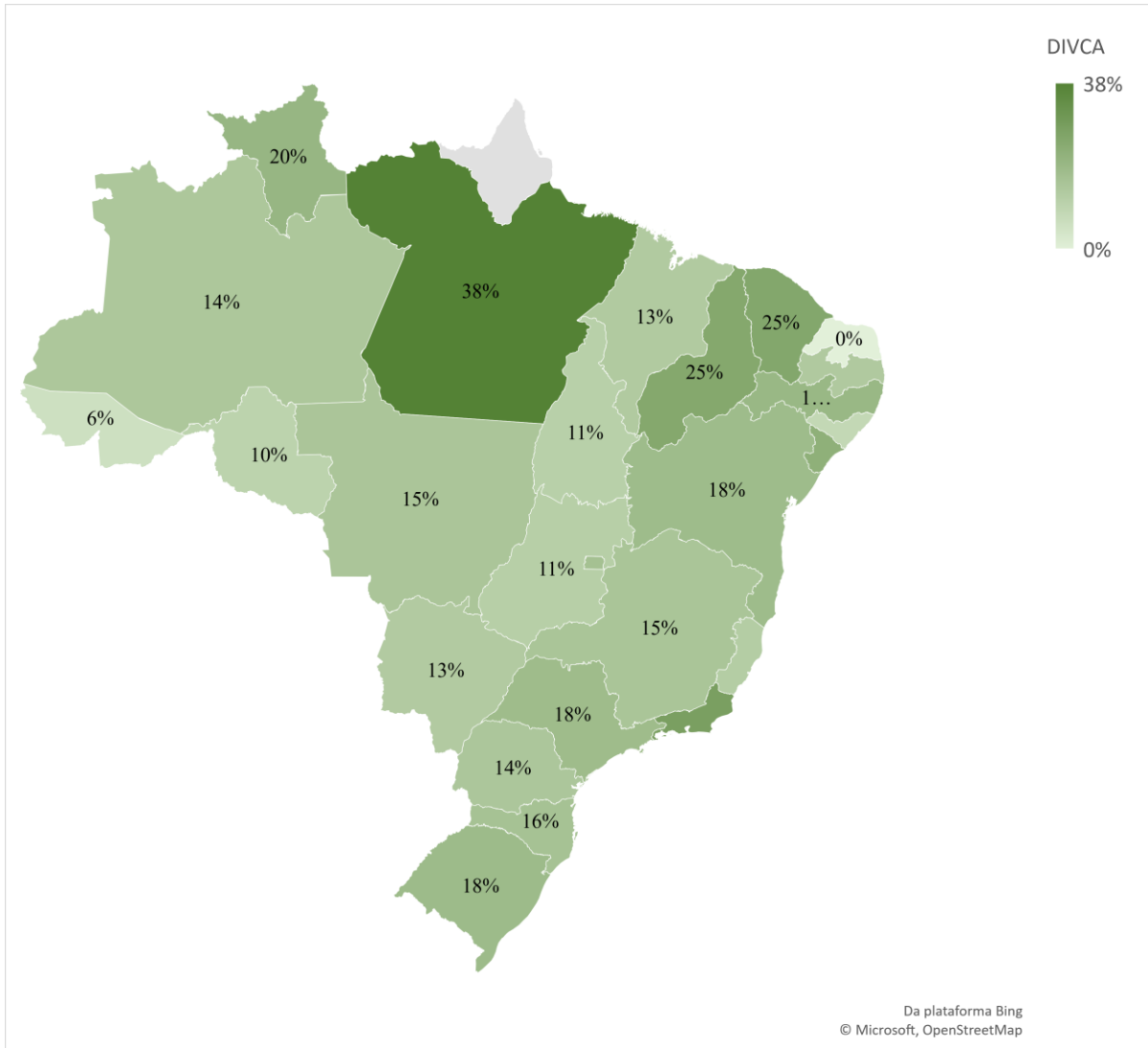
- Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Recuperado de <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11412?mode=full>.
doi.org/10.38116/9786556350394cap11
- Vieira, F. M., & Santos, V. V. B. dos. (2021). Governança corporativa: análise das políticas de sucessão em cooperativas de crédito. *Entrepreneurship*, 5(1), 34–47. Recuperado de <https://www.sustenere.co/index.php/entrepreneurship/article/view/CBPC2595-4318.2021.001.0004>. doi.org/10.6008/cbpc2595-4318.2021.001.0004
- Vilela, J. R. de P. X., Carvalho Neto, A., Bernardes, P., & Cardoso, M. B. R. (2015). Governança e Relações de Poder: Orientando as Boas Práticas em Cooperativas e outras Sociedades de pessoas. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18(2), 69–84. Recuperado de <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/758>.
- Yahya, F., Abbas, G., Ahmed, A., & Hashmi, M. S. (2020). Restrictive and Supportive Mechanisms for Female Directors' Risk-Averse Behavior: Evidence From South Asian Health Care Industry. *SAGE Open*, 10(4). Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2158244020962777>.
doi.org/10.1177/2158244020962777
- Zeni, M. A., & Fumagalli, L. A. W. (2019). A participação das cooperativas de crédito no desenvolvimento de pequenas cidades: o caso da mesorregião Sudoeste Paranaense. *Revista FAE*, 22(2), 47–62. Recuperado de <https://revistafae.fae.emnuvens.com.br/revistafae/article/view/546>
- Zittei, M. V. M., Batista, K. de F., & Lugoboni, L. F. (2016). As Melhores Práticas de Governança Corporativa Aplicadas ao Conselho de Administração nas Empresas Familiares. *Revista Razão Contábil & Finanças*, 7(2), 2016. Recuperado de <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/razao-contabeis-e-financas/article/view/147>
- Zucco, J. D. A., Santos, S. S. S. dos, Beghini, S., & Carvalho, C. E. (2022). Marketing de Relacionamento e Reputação Corporativa: Estudo do setor bancário. *Revista de Administração Da UNIMEP*, 19(7), 223–246. Recuperado de <https://web.s.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=16795350&AN=157883887&h=1B5XYWuZ3gToSye20lqWIMDtKMYvkGJL%2fRta4Z%2bJhBf%2be4ObTBOKGyHRy1rZT3BNiQoqNZmmhoYtTzIFk9Mwdg%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d16795350%26AN%3d157883887>

Apêndice A. Média do ROA por estado

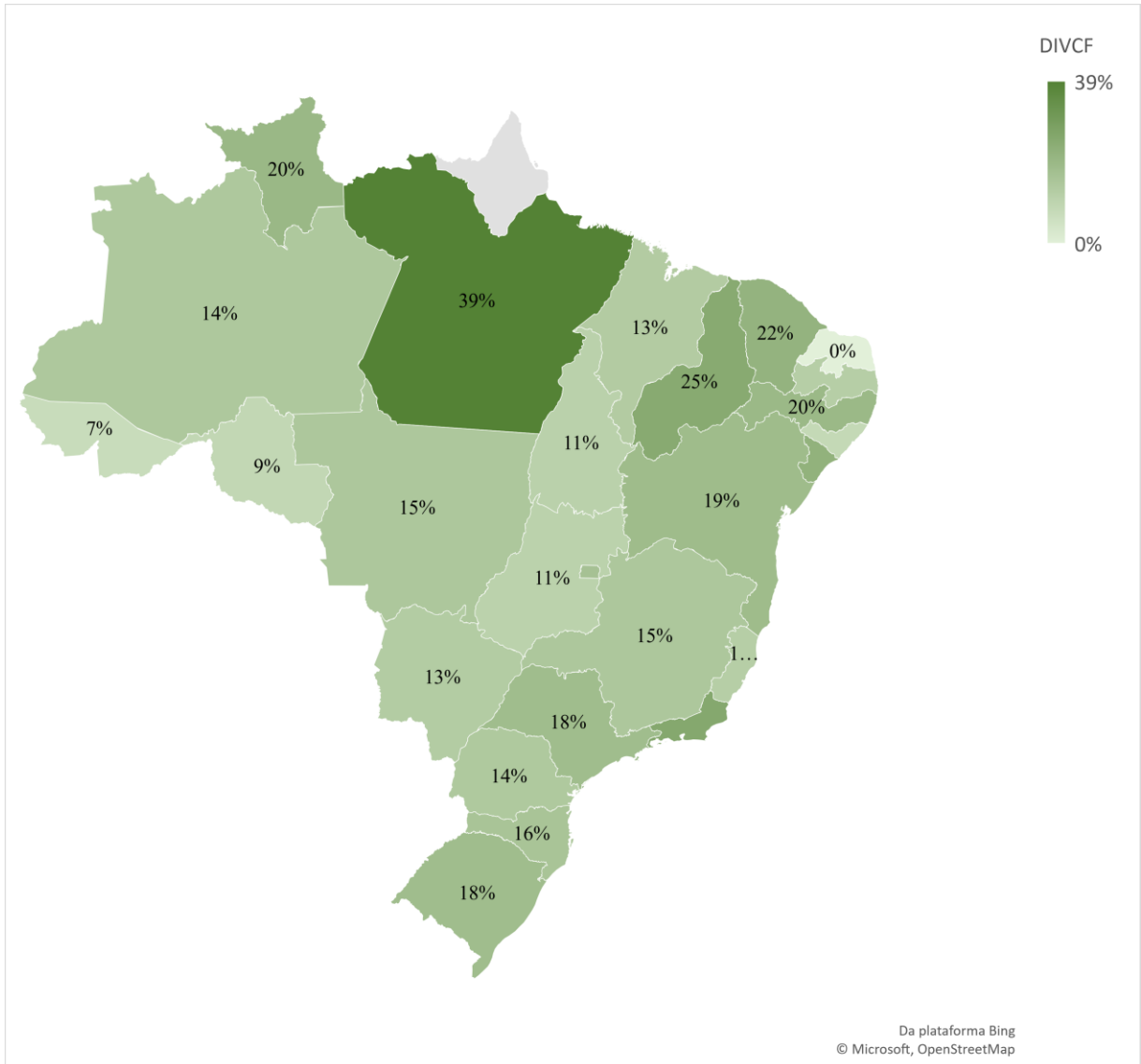


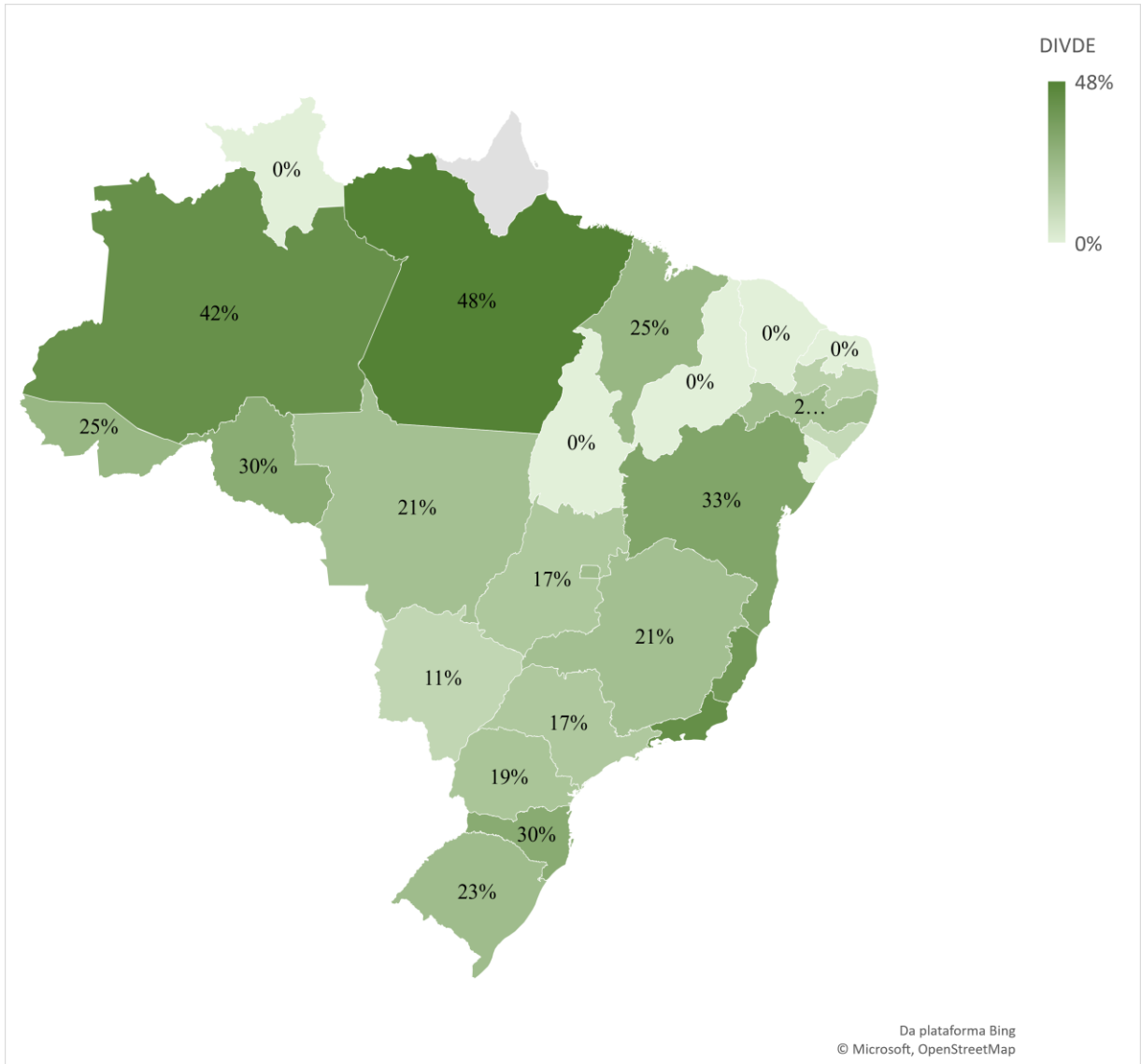
Apêndice B. Média do ROE por estado



Apêndice C. Média de participação de mulheres no conselho de administração por estado

Apêndice D. Média de participação de mulheres no conselho fiscal por estado



Apêndice E. Média de participação de mulheres na diretoria executiva por estado

Apêndice F. Média de participação de mulheres na diretoria executiva por estado

Região demográfica	Estado	UF	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES		
			CA	CF	DE
Norte	Acre	AC	7,30%	15,33%	26,67%
	Amapá	AP	-	-	-
	Amazonas	AM	14,29%	32,50%	29,17%
	Pará	PA	35,71%	35,30%	45,56%
	Rondônia	RO	12,53%	25,84%	27,41%
	Roraima	RR	18,33%	41,67%	0,00%
	Tocantins	TO	11,11%	25,00%	0,00%
Nordeste	Alagoas	AL	10,12%	29,33%	13,33%
	Bahia	BA	18,26%	25,70%	28,98%
	Ceará	CE	22,72%	23,81%	0,00%
	Maranhão	MA	16,44%	23,73%	25,00%
	Paraíba	PB	14,10%	30,13%	10,26%
	Pernambuco	PE	17,70%	31,63%	16,67%
	Piauí	PI	18,52%	16,67%	16,67%
	Rio Grande do Norte	RN	7,27%	28,33%	40,00%
Centro-oeste	Sergipe	SE	21,11%	14,29%	0,00%
	Distrito Federal	DF	14,87%	22,92%	23,64%
	Goiás	GO	11,27%	17,89%	18,36%
	Mato Grosso	MT	14,26%	19,85%	21,35%
	Mato Grosso do Sul	MS	13,33%	12,96%	12,96%
Sul	Paraná	PR	14,35%	20,66%	17,41%
	Rio Grande do Sul	RS	17,12%	27,02%	18,43%
	Santa Catarina	SC	16,06%	22,97%	27,67%
Sudeste	Espírito Santo	ES	10,08%	15,24%	36,39%
	Minas Gerais	MG	14,46%	21,52%	20,56%
	Rio de Janeiro	RJ	24,64%	26,27%	41,67%
	São Paulo	SP	16,78%	24,56%	17,03%